

JORNAL DE 2^a FEIRA

JUNDIAÍ, 1.º - 7 DE SETEMBRO DE 1975 — N.º 9

PREÇO DESTE EXEMPLAR

CR. \$ 2,00

PAULINHO DA VIOLA, NO FUNDO DO BALAIO

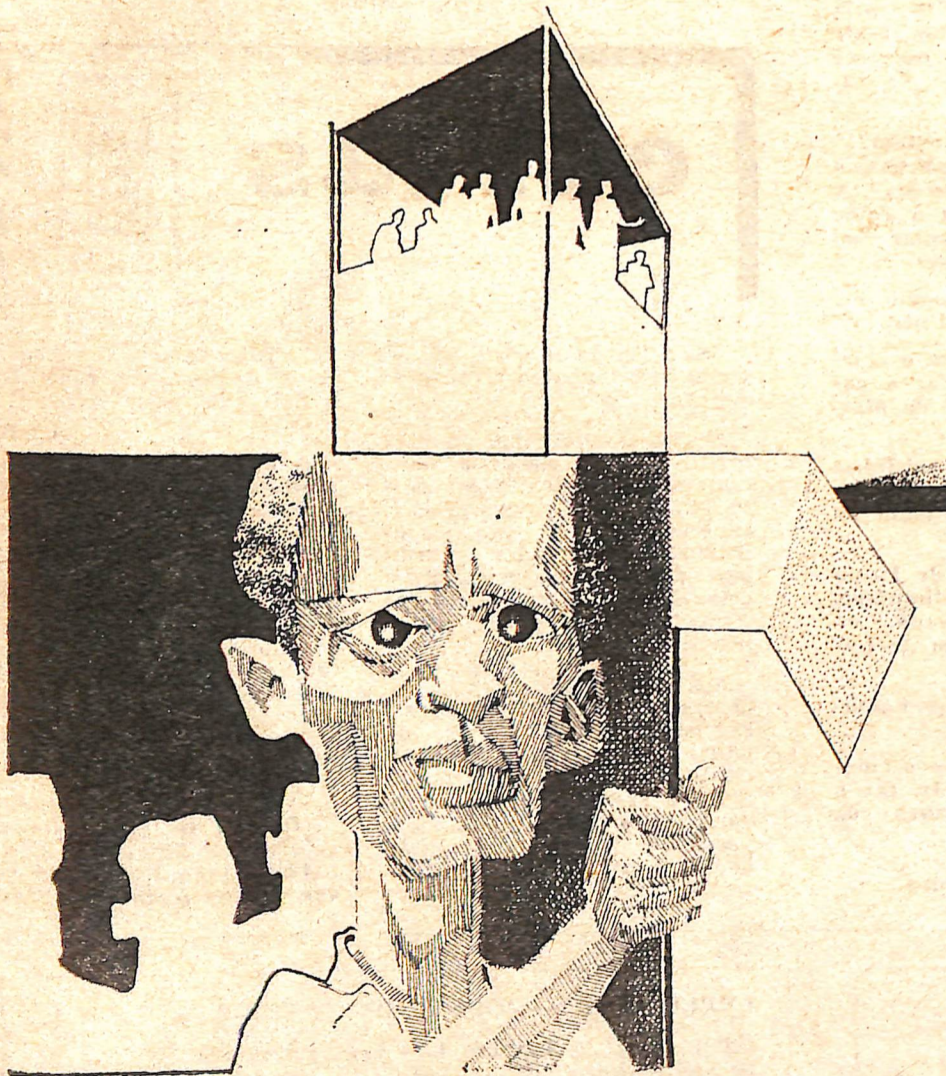
PAG. 16

O CRESCIMENTO EMBOLORADO DA CIDADE

PAG. 3

O QUE VAI (E NÃO VAI) PELOS ARES

PAG. 14



EDITORIAL

A Câmara e o empresismo

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JUNDIAÍ
SECRETARIA DE OBRAS

FRANCO DECIDE: O PREFEITO TERÁ OS MILHÕES QUE PEDIU

TERMO DE CONTRATO Nº 012/74
CONCORRÊNCIA Nº 66/73

Plano Viário da Cidade
Obras Complementares

PROPRIETÁRIO: _____

NOTIFICAÇÃO

1.04.03

SISTEMA VIÁRIO, UM DESFILE DE ERROS

PAG. 8 A 11

Canto Chorado

Dizia um gajo a outro, lá na praça:
— A modéstia é uma das virtudes que mais exornam a personalidade de um cara.

Como se sabe, não é peculiaridade de qualquer barbotas. É dom dos superiores e dos privilegiados.

Aqui na papolândia, por exemplo, não são muitos. Ou melhor, contam-se nos dedos os acrisolados por esse atributo divinal.

Fazendo justiça — porque o nosso lema é justiça e não “água” como o dele — não temos como deixar de apontar “seu” alcaide como um dos bafejados por essa bem-aventurança que tanto cativa quando não faz moça aos invejosos: a modéstia.

Vejam só! Naquele tapiatório que endereçou aos “miningildos” para ferrar o Rivelli, diz que “está dando ao município um plano-diretor físico-territorial. Já existe um. Mas o dele é para aproveitar, “de forma ampla, os reclamos de um progresso que se acentua de minuto a minuto”.

Ora, aí está. Não fora ele tão modesto e por certo ter-se-ia expressado de acordo com a realidade, para enfatizar: de segundo a segundo.

Sim, senhores! Isto porque, a cada segundo cronometrado, um buraco novo, um vazamento novo, um funcionário novo, um reclamante novo, uma fábrica nova com área reservada do setor industrial, se fazem ouvir com a risonância cabalística de um “abre-te Sésamo”...

Como se vê, de segundo a segundo — e não de minuto a minuto — as auras benfazejas da criatividade, do dinamismo e da ação, principalmente no setor paisagístico do Planidil, exteriorizam com eloquência a inconvertível modéstia do “seu” alcaide.

Mas, passando de pato a ganso...

Como é que “seu” alcaide vai se haver agora, se se der crédito ao papo alegre dos “antigos” lá da Prefeitura, segundo o que uma das aves de arribação acaba de bater a plumagem rumo às plagas de origem?

Não quer participar (é o que dizem os “antigos”) dos funerais de uma mandância espúria que os ventos fortes da tempestade ameaçam devolver aos desvãos de onde emergiram.

E agora? Quem vai fazer outro orçamento de trezentos e cinquenta milhos? O terceiro do Estado!

“Seu” alcaide precisa importar novo “homo-sapiens”, porque os da papolândia — como ele já classificou — são umas azêmolas.

Não tem mais o que fazer
Nem precisa mais voltar
Já cumpriu com o dever
Ponho outro no lugar

O negócio é vender terras
P’ra fazer meu pé de meia
Ao povo legar quimeras
Meros castelos de areia

Simão



Sr.: Tenho 18 anos, sou estudante e trabalho ao lado de jovens.

de minha idade, não acha justo trabalhar para pagar esses benefícios?

E.L.B.

O E.L.B., você já experimentou passear pelo Córrego do Mato?

Sr.:

“... reclamando a circulação de ônibus na cidade pelo menos até a meia-noite e meia, pois os senhores não devem desconhecer a quantidade de estudantes e trabalhadores que, a essa hora, têm que voltar para seus lares, a pé e expostos a toda sorte de perigos que seria desnecessário enumerar.”

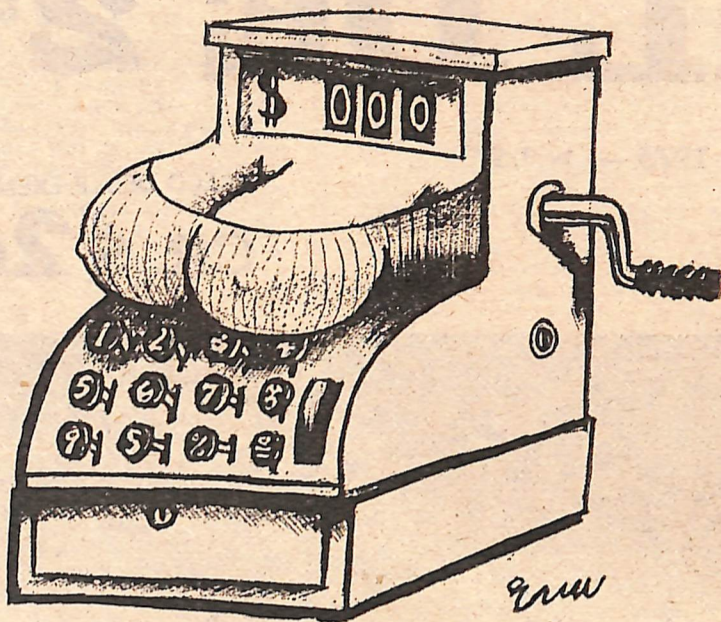
Regina Dragiça Kalmam
(Jardim Bonfiglioli)
Tem razão Regina. Espera que vamos tratar do assunto.

EXPEDIENTE — JORNAL DE 2.a-FEIRA

Propriedade da Editora Japi Ltda.
Rua Senador Fonseca, 1.044
Redator-Chefe: Celso Francisco de Paula
Capa: Araken Martinho
Ilustrações: Ivan Martinho e Suzana Traldi de Souza
Officinas Impressoras: “Diários Associados”
Rua 7 de Abril, 230 — São Paulo

Assinaturas

Semestral — Cr\$ 70,00 e Anual — Cr\$ 120,00



Multinacional, uma questão de amor

(do original francês “Anatole, je t’aime”, de Marcel Marclain)

Marie sentiu a forte agulhada no peito e berrou: “Uui!” (1).

Jean-Pierre, seu noivo, rapaz alto e forte, cirurgião plástico de renome (2) não se conteve: “Você é gozada, chérie, diz que não quer anestesia e agora fica chiando”. E tascou uma nova agulhada na região em-vias-de-desenvolvimento da noiva. Jean-Pierre estava nervoso porque essa operação, a qual ele era contra, seri no peito (3) e isso o aborrecia mais do que a contra-indicação.

A cena que se segue é aquela mil vezes antes vista no tinema: a enfermeira (4) limpa a suor de Jean-Pierre, ele vai pedindo e ela vai dando bisturi, plac, parafina, ploc, mais parafina, ploc, ploc, ploc (5), sutura, luvas atiradas num cesto, aquela história toda.

Passados dois dias da cirurgia, Maria já estava dando leite para as crianças no bergário (6), tão repentina fora sua recuperação. Foi nesse mesmo dia, nesse mesmo bergário, que Marie conheceu Anatole, um enfermeirinho fino de corpo, mais rebotativo, o tipo do cara que a turma do hospital não botava a mão no fogo por ele.

“Que lindinho aquele ali, olha!”. “Ah, aquele mulatinho é mais engraçadinho ainda (7)”. E assim, elogiando um nenê aqui, outro ali, Marie e Anatole resolveram montar firma própria. Fugiram naquela tarde mesmo e,

segundo notícias mal-escondidas pela família de Marie, os dois já gastaram alguns milhares de francos (novos) na compra de bercinhos para os seus nenês (trigêmeos no segundo parto), todos umas crianças lindas, embora sempre pálidas (8).

Desiludido com a fuga de Marie, Jean-Pierre, tomado por um forte desejo de auto-destruição, assinou convênio com o Instituto Nacional de Prêvidence de la France, vindo a falecer no mais completo abandono, juntamente com 31 pessoas que aguardavam, em fila e em perfeita ordem, a vez de serem atendidas pelo hospital.

A imprensa, o rádio, a televisão deram a maior cobertura ao fato, inclusive divulgando fotos antigas e cartas pessoais recebidas por Jean-Pierre, quando ainda era estudante de Medicina em Lion. Numa das cartas, Marie, despeitada (9) com o sucesso de Jean-Pierre entre os coleguinhas da faculdade, chamava o noivo de “Charles Aznavour”, fato aproveitado pela Rede Globo para colocar no ar um “tape” do “chansonier”, durante o tele-jornal que divulga o desastre, via satélite, para todo o Brasil, a cores.

Vendo o nome e a vida particular da sua mulher expostos ao público, Anatole achou que era impossível continuarem vivendo como viviam.

Juntou suas economias, montou um “Frango Assado” à beira da rodovia Paris-

Lion, instalou Marie na caixa do restaurante e, segundo consta, deverá vir ao Brasil no próximo dia 13, para estudar a possibilidade de abrir aqui uma rede do “Chez Jean Pierre”, o galetto mais famoso da França. Algumas prefeituras já ofereceram isenção de impostos, água, luz e área verde “a la carte”.

(1) O tradutor, revelando o maior desrespeito pela francesa língua, quis fazer uma gracinha e escrever “Uui!” em langue d’oc. Se machucou.

(2) Qual deles não tem?

(3) Em gíria francesa, o correto seria “no pescoço”. A tradução livre levou o autor a usar o nosso popular “no peito”, isto é, de graça.

(4) Pelo jeito como ela olha pra ele, não sei não...

(5) Na versão para o cinema, Anita Ekberg faz o papel de Marie, depois da plástica. Daí tanto ploc.

(6) Leite em pó, coisinhas assim. Como ela entrou no bergário? Noiva de dono do hospital, ora!

(7) Desde a ida de Paulo César para o Olímpique, crioulo virou engraçado, na França. Já no tempo de Lumbumba...

(8) Talvez por chupar muita parafina.

(9) Na versão para o cinema, Sammy Davis Jr. faz o papel de Marie, antes da plástica.

Erazê Martinho

TIPOGRAFIA JUNDIÁ

Impressos em geral.
GONÇALVES & CIA. LTDA.
Rua Cel. Leme da Fonseca, 210.
Tels.: 6-3099 e 4-0763.



A CÂMARA E A C.E.I. DO SISTEMA VIÁRIO

E veio a Revolução de 64. Todo o esquema anterior de populismo, onde o indivíduo se colocava, com as suas pretensões, ao sabor de convencimentos apressados, na berlinda, para eleiçõs galgadas de posições, era barrado, e caía então sob o manto da conscientização partidária criada na ocasião.

Foram criados, sob a égide do poder discricionário, os partidos situacionista e oposicionista, a impor a conscientização de um coletivo que aplacaria diminutas questiúnculas e que visava um conceito global em que o interesse de todos deveria nortear os posicionamentos partidários.

Porém, de boas intenções o caminho do inferno anda cheio. E da idéia à concretização vai distância grande.

Se, em termos nacionais, haviam lideranças suficientes, tal não acontecia nos pequenos burgos incrustados no vasto interior entre o Oiapoque e o Chuí.

Em fevereiro de 74, Jundiaí era surpreendida por bombástica propaganda de um plano viário que iria consumir Cr\$ 178 milhões, e cuja concorrência, realizada sem o merecido destaque, fôra ganha de modo não convincente por certa firma construtora. Estupefata a opinião pública, reuniu-se o diretório local da Arena para análise do evento. E saiu daí posição embasada em parecer técnico insuspeito, de total repúdio à forma com que ocorrera o fato. Parecer esse que é então levado à bancada situacionista que, sensibilizada, cria de imediato uma Comissão de Inquérito, a qual, finalmente, concorda com as críticas levantadas.

Salvo então o espírito partidário que devia nortear a representação governista, interesses inconfessos passam então a dirigir a linha legislativa do processo. E de gaveta em gaveta vai caindo no esquecimento dos edis o interesse pela causa pública e o parecer emanado de um diretório, que levaria ao extremo de se anular a concorrência havida, corre o risco de ser arquivado em aprovação espúria, de mensagem cabrestista de certos edis vinculados servilmente à vontade do burgo-mestre local.

E a Câmara, qual harpa eólica, entoa o coro da aquiescência.

E o povo, já pergunta com maldade: "Onde está a honestidade, onde está a honestidade..."

Bela viola e pão bolorento

Um dos aspectos mais criticados do atual governo municipal é a sua fúria de auto-promoção. A cada dia surge um novo manifesto, mais um pronunciamento, uma nova propaganda, sempre na linha da mais intensa glorificação de si próprio. Como se a excelência de uma administração dependesse apenas das declarações bombásticas ou dos folhetos coloridos.

Vamos confessar uma coisa. Esta auto-louvação nos irrita bastante. Irrita pelo tom jactancioso e megalomaniaco em que é vazada, como se para a cidade estivesse falando o seu grande redentor. Irrita quando nos lembramos dos muitos erros, falhas e aspectos criticáveis do presente governo. Irrita pelo esbanjamento do precioso dinheiro público com toda essa promoção pessoal. Irrita porque o engrandecimento próprio costuma ser feito através do demérito dos outros, numa completa desconsideração pelo trabalho sério e dedicado das administrações passadas e de todos aqueles que, de alguma forma, vêm contribuindo para o progresso de nossa cidade.

A publicação recente, sobre o crescimento do ICM no município, não foge a essa regra. Ocupando praticamente toda a primeira página de um de nossos diários, apresenta os resultados obtidos aqui como sendo excepcionais, e afirma, textualmente, que "Jundiaí ocupa com destaque essa posição, graças ao trabalho administrativo do prefeito Ibis Pereira Mauro da Cruz". Será verdade isso?

Em primeiro lugar, temos a discutir: se foi mesmo excepcional nossa "performance". No período 1971 a 1974, o produto interno do município, em termos de valor adicionado, medido a preços constantes, aumentou de 115%. Foi realmente um belo resultado. Mas não estamos sozinhos com este galardão. A maior parte dos 32 maiores municípios paulistas, relacionados naquela publicação, conseguiu também dobrar ou mais do que dobrar a sua produção. Muitos deles tiveram resultados expressivos, bem maiores que Jundiaí: São Vicente (369%), Sumaré (325%), São José dos Campos (179%), Guarulhos (168%), Taubaté (164%), Americana (151%), Mauá (... 149%), Diadema (121%). O que houve, neste período, foi um tremendo surto regional de desenvolvimento e o transbordamento do parque industrial paulistano para os municípios vizinhos. Mas, o nosso prefeito parece querer capitalizar para si este fenômeno praticamente nacional.

Outro fato a ser analisado: o maior incremento da produção jundiaense ocorreu no período 72-73. Ora, as em-

presas não se implantam nem aumentam suas instalações de um dia para o outro. Qualquer projeto industrial requer um tempo de maturação que muitas vezes se mede por vários anos. Esse grande aumento de produção foi consequência de um processo que antecedeu a atual administração. Uma boa parte deste resultado deve, sem dúvida, ser levada a crédito do plano diretor, que ordenou o nosso desenvolvimento; e, principalmente, da ação efetiva do Planidil e da providencial criação do nosso Distrito Industrial. E nada disso foi obra ou teve sequer a contribuição dos nossos atuais dirigentes.

Finalmente, mais uma observação. Depois da atuação brilhante no período 72-73, nossa economia sofreu sensível desaceleração. Em 1974, o incremento do produto, sempre em termos reais, a preços deflacionados, foi de 25%. Bem inferior aos 62% registrados no ano anterior. Também aqui podemos enxergar o reflexo de uma diminuição generalizada no ritmo de crescimento industrial do País. No entanto, boa parte dos 32 municípios relacionados apresentou índices melhores que o nosso, alguns deles bastante significativos. É o caso de perguntar: e este resultado menos desvanecedor, não será efeito da atual administração? Não faltam razões para justificar esta hipótese:

— a insatisfação generalizada das empresas instaladas no Distrito Industrial, que reclamam a indispensável infra-estrutura de serviços públicos, de há muito prometida;

— o abandono das obras do Distrito e a indefinição dos planos de continuação;

— a especulação imobiliária intensa junto ao Distrito e nas áreas destinadas à indústria;

— o aumento intolerável dos tributos municipais;

— a água dobrando de preço a cada ano;

— o eterno problema dos telefones.

Acima de tudo, o que mais assusta nesta cidade é o endividamento brutal do município, inteiramente aplicado na construção das avenidas dentro dos contratos milionários. A perspectiva é sombria. Por muitos e muitos anos pesarão sobre a cidade os encargos desses financiamentos, asfixiando nossa economia e prejudicando os futuros administradores na sua imensa tarefa de corrigir os desequilíbrios que vêm marcando a presente administração e restabelecer as condições de um desenvolvimento harmônico do município.

FRANCISCO DE ASSIS OLIVA

Assistência odontológica pelo INPS

Jundiaí será sede de um Plano Piloto de atendimento odontológico pelo INPS, em futuro próximo.

Com esse tema central o sr. prefeito compareceu à Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas — Jundiaí, no último dia 21, levando convite oficial da Prefeitura para que a referida associação se encarregue do planejamento desse plano piloto odontológico.

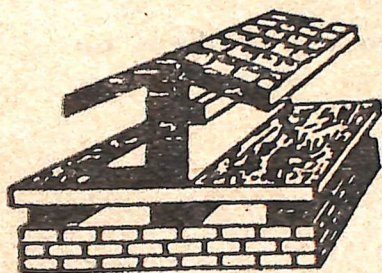
Realmente, uma medida de tão amplo alcance deve visar efetivar-se como uma promoção de saúde pública e, para tal, ser adequadamente planejada.

Assim, a diretoria da APCD-Jundiaí reuniu-se em sessão extraordinária e já nomeou comissão de 5 dentistas (Amaury de Lima, Hamilton Bellini, Luiz César Freitas, Milton Rocha e Toshio Mori) para estudar o assunto.

A ativação desse plano servirá (segundo as palavras do sr. prefeito aos dentistas) de base para futuras ampliações da Previdência Social, nesse setor de Saúde.

Fazemos votos para que essa comissão, cõscia de suas responsabilidades, chegue aos melhores resultados para os nossos cidadãos.

E que o atendimento funcione.



JOÃO FILIPINI S.A.

50 ANOS DE EXPERIÊNCIA EM SERVIÇOS DE
SERRARIA, CARPINTARIA, FERRAGENS E MATERIAL PARA
CONSTRUÇÃO.

Av. Dr. Cavalcanti, 820. Tel. 4-2024, 4-2023 e 6-6960

POLÍTICA

Legislativo e Executivo (IV)

Fiscalizar os atos do Executivo, que refletem quase todos na própria execução orçamentária, é atribuição da qual um vereador que se preza jamais abrirá mão.

O legislador aprova os orçamentos anuais, plurianuais, empréstimos, e não lhe é dado o direito de confiar cegamente na execução dos serviços, portanto, dos gastos.

Não importam as bancadas; importa o dever de fiscalizar.

A execução orçamentária envolve muitos recursos e nem sempre uma administração os aplica convenientemente. Isto salta aos olhos e em muitos municípios (estamos em vôo baixo) gasta-se muito e mal, votando-se o mais absoluto desprezo ao dinheiro público.

Assegura a lei de responsabilidade dos prefeitos e dos vereadores o direito destes últimos pedirem informações, que devem ser respondidas no prazo de 15 dias. Pelas respostas do Executivo, pode o vereador acompanhar a movimentação das obras, os empenhos e os pagamentos de despesas. Os vereadores encontrarão subsídios importantes que, cotejados com a exteriorização do governo, oferecer-lhes-ão índices seguros da boa ou má execução de um plano.

Fato interessante que se observa com frequência é o comportamento dos prefeitos ao receberem requerimentos de informação. Aqui em Jundiá é coisa comum. O Executivo julga-se ofendido com certas perguntas e entende que qualquer indagação é sinônimo de desconfiança. Parece-nos uma colocação inadequada do problema. Mesmo porque, ao administrador bem intencionado, nenhuma indagação o deslustrará, como todo pedido lhe será útil, uma vez que a administração é todo um complexo, não podendo enfeixar-se nas mãos de uma só pessoa. E dos pedidos poderão surgir informações ao próprio Executivo, no interesse geral da coletividade.

Ora, se após um requerimento de informações de um vereador for levantada alguma questão importante que o próprio prefeito

desconhecia, será ou não um serviço prestado?

Por outro lado, se o prefeito zanga-se todo diante de um pedido e o desconsidera, como poderemos classificar tal atitude?

Pensamos que o prefeito, se receber com má vontade um requerimento de informações sobre assunto delicado, só nos deixa uma alternativa: concluir que o caso é mal cheiroso e sua agitação não cairá bem, sendo, portanto, do seu conhecimento.

E isso vem ao encontro de nosso pensamento também quanto às respostas que não esclarecem a dúvida arguida, mas simplesmente assumem característica de afronta ao vereador.

Diz a lei que o prefeito é obrigado a prestar as informações sob pena de responsabilidade. No caso, o não atendimento do pedido possibilita ao vereador até solicitar o impedimento (impeachment) do prefeito.

Temos lido respostas do prefeito a requerimentos de informações mais ou menos assim: "Em resposta ao ofício n.º ... desse Legislativo, temos a honra de informar que o assunto foi encaminhado à reparação competente, etc."

Muitas respostas têm sido dadas assim, dentro do prazo legal de 15 dias. O vereador foi informado do quê? De coisa nenhuma! E alguns ainda entendem que é assim mesmo que se faz para melhor ridicularizar ou para dar uma lição ao vereador impertinente e atrevido que quer saber das coisas!

Isso é brincadeira, é piada, é abuso, é humilhação e achincalha não a um vereador que procura cumprir o seu dever, mas a um poder legitimamente constituído, com atribuição das mais nobres, qual seja, a de representar o povo na sua mais alta significação.

E essa representação não poderá existir sem a verdade, que é o apanágio do regime democrático.

Um vereador que desejar ser útil à sua gente, ao lado de suas reivindicações, que podem ser justas e naturais, deve, necessariamente, estar informado do

que faz, como e onde se gasta, como se contrata, como se admite e nomeia funcionários. E isso somente é conseguido com pedidos de informações, porque quando o vereador tiver acesso aos documentos já será tarde para determinadas providências.

Sabe-se, por exemplo, que muitos contratos foram assinados pela atual administração, dos quais muito se tem escrito e falado mas não se tem elementos disponíveis para um exame conveniente do que se passa. De nossa parte, entendemos que uma administração é má se gastar mal o dinheiro. Bater palmas para uma obra sem conhecê-la em seu conjunto, como foi executada, quanto custou, não será para nossa época, que conta com um bom número de pessoas que sabem ler e escrever.

Aí estão as nossas considerações de como um vereador poderá se impor, pela sua conduta e cumprimento do dever, solicitando ao Executivo as informações necessárias para exercer a fiscalização de que fala a lei. Sabemos que muitos requerimentos foram feitos, como é certo que muitas informações não foram dadas. Por isso é que pagariamos para ver, ou melhor, dariamos um doce de coco ao vereador que disponha de dados — e naturalmente nos forneça (também como cidadãos temos esse direito) — sobre os gastos com a firma A. Gutierrez, onde possamos saber quantos metros cúbicos de terra foram faturados e quanto se pagou por metro. Só esse casinho. Não é por nada. Só para, se for preciso, pedir desculpas ao prefeito pelo que temos dito e muito mais pelo que temos pensado, acrescentando que dependerá dessas informações a dosagem da penitência que nos daremos de jejuar todo o tempo necessário ao pagamento do nosso pecado, pecado de quem quer bem Jundiá e se interessa pelas suas coisas.

Voltaremos no próximo número com nossa análise das funções dos líderes de bancada na Câmara Municipal.

Virgílio Torricelli

COMISSÃO DE INQUÉRITO PARA APURAR CONTAS DA FESTA DA UVA-75

Sustentados no pressuposto de que aos munícipes cabe o direito de saber como andam os negócios da municipalidade, "cutucamos" o sr. prefeito no intuito de saber ao certo o que existe com relação às contas da Festa da Uva.

Não obstante, S. Sa. continua postado mudo e quedo como um penedo.

Nem uma palavra do que se diz nas ruas à boca pequena.

E o que se diz?

Que o dinheiro resultante daquele certame foi dissipado em "generosidades" condenadas pelas leis maiores que regem a sistemática administrativa no território brasileiro.

Fala-se mais!

Que uma comissão de sindicância incumbida de se pronunciar sobre o caso propôs a instauração de um inquérito interno com o fim de mostrar a coisa em "pratos limpos".

Todavia, essa sugestão engrimpou-se nos escaninhos do gabinete e por mais que se pergunte "não há ninguém" que responda.

Vamos, sr. prefeito, nada de bancar a caixa encourada.

O povo aguarda uma palavrinha sua enquanto espera na fila dos impostos.

Elcio Vargas

VIA NORTE SAI ANTES DA 2.ª PISTA DA IMIGRANTES

Segundo afirmação do secretário dos Transportes de nosso Estado, Thomaz Magalhães, tomando por base um levantamento feito pelo Departamento de Estradas de Rodagem, a demanda de tráfego na via Anhanguera mostra que se a construção da Via Norte não for iniciada imediatamente, poderá haver um colapso na ligação São Paulo—Interior.

A pesquisa realizada pelo DER revelou que, no ano de 1974, o tráfego na Anhanguera, entre Jundiá e São Paulo, foi duas vezes e meia superior ao do sistema Imigrantes—Anchieta. Passaram pela Anhanguera, nesse trecho, durante o ano passado, cerca de 33.710 veículos por dia, enquanto que na Anchieta, no trecho da serra, a demanda média foi da ordem de 13.456 veículos.

Em vista disso, segundo anunciou o secretário, a construção da Via Norte (nova ligação entre São Paulo e Campinas) ganhou prioridade nos planos do Governo, ficando para mais tarde a execução da segunda pista da Imigrantes.

FILHOS DA REVOLUÇÃO

O vereador Henrique Victório Franco continua procurando, entre seus colegas vereadores, um que conheça a filosofia do partido a que pertence e justifique sua atuação dentro dela.

Ainda na sessão da semana passada, quando o emedebista Joaquim Ferreira se encontrava na tribuna para dar sua posição sobre o projeto de abertura de novo crédito adicional para o Executivo, Franco aproveitou para interpelá-lo sobre a linha filosófica do MDB, indagando se era contra a aplicação de uma política de lazer, contra a implantação do saneamento básico ou contra o quê. O vice-líder da bancada oposicionista explicou-se assim: "A posição do MDB na Câmara Municipal de Jundiá sempre foi fiscalizar a boa aplicação do dinheiro público."

Com fito de melhor esclarecer o vereador arenista sobre o assunto, no âmbito do seu partido, o líder da bancada emedebista, Abdonal Lins de Alencar, assim afirmou: "A filosofia da ARENA e a do MDB são rigorosamente iguais, posto que a lei que criou um partido é a mesma que criou o outro e ambos são filhos da Revolução..."

FAVELADOS

O número de famílias faveladas no Jardim São Camilo aumentou de 37 para 102 num prazo de seis meses, ao que informou o vereador Waldir Fernandes, quando de

sua fala na Câmara para pedir mais atenção da Prefeitura para aquele bairro que, como se vê, progride a olhos vistos.

"SEUS DOCUMENTOS, POR FAVOR".

Nessa hora, responda com cópias. Nós temos o melhor serviço de xerox, fotocópias e cópias heliográficas da cidade.

FOTOCOPIADORA MALTONI

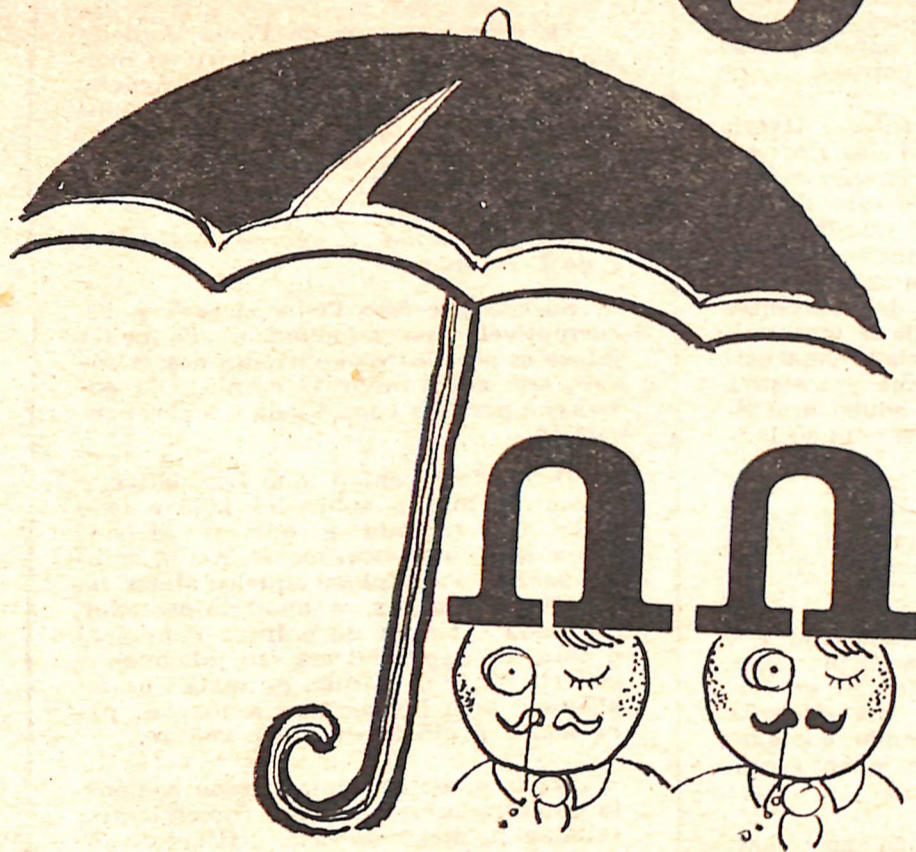
Rua do Rosário, 618 — Esquina do Edifício Mariju.
Tel. 6-8460. Repetimos: 6-8460. Repetimos: 6-8460.

Mercado paralelo

S O S A A A S R E D T R A A L E D I V I N O

NESTE Jornal é assim: quando um Sandro escreve, o outro baixa a crelha. Conheci esse cara, fazendo cinema, no "Diário de Jundiaí". Bravo, frio, dégotant, três degutant, desconcertante. Ao vivo, a imagem não melhora muito. Ao longo do tempo, nem tão pouco. O Sandro é esguio e mudo, o tipo do cara que fala pelos dedos. Defeito de articulação, creio eu, mesmo porque um dia ele se estragou debaixo de um caminhão, na Anhanguera. Não tinha carta e podia ser notícia policial, mas não o foi. O fog, claro, deu pra explicar. Já então faziam um semanário, que veio a pegar. O' estigma, sintagma, bem significante, vício de linguagem, sei lá, coisa pra lá de virulenta.

Depois também, com o Castor, o Bardari, o Ademir, o Higo, bela figura, o Walter (non, dessisto!) Obiol, uma charada cheia de pedros e de paulos, incompreensível. Não deu para prêmio isso de reportagem, nem menos para contratar o Forlan, o Pedro Rocha, gente boa para o Paulista, não deu para evitar que o Olten ficasse, afinal não de mesmo.



A"coisa" se liquidou a prestações. Depois ele se casou com a Vera. Jogaram ele na piscina do Divino, a festa foi mais do Percival, do Carlinhos, gente que faz matéria prima. Ele achou bom, reclamou um pouco por causa do sapato novo molhado e deve ter confundido o Divino Salvador com o Ademir da Guia e não reclamou. A Vera achou que foi erro de revisão e topou. Estão enxutos até que a morte os separe. Já em outra vez, sem registro, foram para um outro jornal. Abriam o registro, mas deu ronco nas torneiras. Um som atrapalhado. Cada um reservou seu espaço, no orçamento, e concordes, fecharam o jornal antes do tempo previsto.

Não tem nada, nós estamos aqui. Só que o Sandro hoje fez "fortait" e vou assinar neste páreo, como o azarão chamado "interino". Até nunca mais. Este espaço eu não alcanço! Conheço esse cara, o Sandro, e sei que está fazendo fita.

Não se cansem. Pra semana, tem, pelo dito, página inteira.

INTERINO

Tudo muito bem explicadinho

O político com "p" minúsculo é um cidadão privilegiado. Para exercer a sua atividade — às vezes com "a" minúsculo, até deletéria — ele não precisa prestar exames, nem testes, nem concursos. Sem diploma, sem certificado, sem entrevistas, sabendo desenhar meia dúzia de letras, recebe um título: o de eleitor. E basta este título para poder inscrever-se num partido e candidatar-se.

Falou-se — e ainda se fala — em voto de qualidade. Qual o quê! Se tivéssemos candidatos de qualidade, até analfabeto poderia votar.

A maioria dos candidatos se elege por dois motivos: Primeiro, porque você, que é de qualidade, não tem coragem de candida-

tar-se ou ganha tanto dinheiro na sua profissão e não quer largar uma teta cheia para chupar uma sem leite; de qualquer maneira, porque você não tem espírito público. Então, quando as coisas começarem a acontecer, feche o bico. Segundo, porque os políticos são muito espertos, são matreiros.

Vou contar uma estória antiga, mas de bom exemplo.

Uma vez, um político lá das bandas de Minas Gerais estava num palanque...

Bom, primeiro deixem-me explicar o que é palanque pra quem cria bois ou cavalos. Palanque é um esteio de madeira grossa, firmemente fincado no chão, ao qual são presos, à sogá, ou pelo cabresto, bois

ou cavalos que precisam ser domados ou tratados (curar bicheiras, bernês, curativos diversos). Mal comparado, o palanque dos comícios é quase isto: os políticos ficam lá em cima e os eleitores aqui em baixo, pescoço doendo de olhar pra riba; é mesmo ver u'a manada no trato. Os de lá de cima falam e nós, aqui embaixo, escutamos. (Só agora entendi aquele velho ditado: "Enquanto um burro fala, os outros murcham as orelhas.")

Então, os políticos dizem um mundão de coisas, tantos assuntos, sem uma programação definida, cada um dizendo uma coisa diferente. Proceder assim, desbaratado, nunca se viu. Acabam de falar e a gente (nóis) bate palmas (é fal-

ta de educação não premiá-los pelo esforço). E no dia da eleição votamos num, meio ao acaso. As vezes (me aconteceu na última), na horinha de votar, a gente troca e põe o de outro. E dá na mesma, porque a gente descobre que vereador é como a letra "z": tem no alfabeto mas a gente não sabe pra que serve. Ou serve pra muito pouca coisa. Eu só conheço cinco palavras que começam com "z": zóio, zoreia, zunha, zolvido e zape. Este último é uma tristeza: quando se está com ele a gente truca e os outros correm; é como o bom candidato, ninguém topa a parada, ganha um um tento só: o dele.

Retornando à estória: O político estava no palanque (do comício), ao lado

do dr. Getúlio Vargas. Este político já morreu, então não vou dizer o nome dele ("de mortuis nihil, nisi bonum") — ou, dos mortos nada se diga senão o bem). Só sei que lá pelas tantas o dr. Getúlio virou-se pro lado dele e perguntou:

— Que horas são?

O político consultou o relógio e, virando-se para o dr. Getúlio, respondeu com outra pergunta:

— Que hora que V. Exa, quer que seja?

São assim os políticos. Nunca desagradam ninguém. Mesmo que seja para dizer a hora errada. Vão de casa em casa distribuindo os cabrestos.

Você aí, vai eleitá em 76? E não sabe o que é sogá? Nem cabresto? Ah! então tá certo.

O BARTIMEU

RESTAURANTE "BALAIO"

DE MIGUEL NASTARI

Especialidade em massas caseiras. Cozinha internacional. Serviço de Buffet. Salões de Festas para casamento e banquetes. Acomodações para 1.000 pessoas. Estacionamento para 600 carros.

VIA ANHANGUERA, KM 59

(TREVO DE JUNDIAÍ)

TELEFONE 6-2433

Poluição. Lá e cá

Dada a frequência com que os meios de comunicação abordam o assunto, pareceria desnecessário qualquer comentário a respeito do problema. Porém, estamos longe, ainda, da solução.

As áreas verdes são efetivos agentes reguladores do teor de gás carbônico no ar, despoluindo-o parcialmente de resíduos tóxicos, graças à fotossíntese. E ainda funcionam como agentes termo-reguladores, absorvendo e desprendendo energia solar.

Já os animais, em consequência de seu metabolismo e consequente catabolismo mais intenso, funcionam como agentes poluentes, seja pela constante produção de gás carbônico, seja pela eliminação de substâncias não eliminadas e de toxinas.

É evidente que o ser mais poluente é o humano. Antes da generalização do uso de redes de esgotos, e como resultado de concentrações populacionais, a dissimilação individual era suficiente para ser a origem da proliferação de uma infinidade de microorganismos e de parasitas que, quando patológicos, provocaram epidemias, constituindo-se como fator limitante do desenvolvimento indiscriminado de centros populacionais.

Desde a implantação de sistemas de esgotos e da coleta organizada de detritos, diminuiu muito a incidência de epidemias, propiciando, esta circunstância, o crescimento quase indeterminado de cidades, principalmente quando servidas por grandes rios para suportar o despejo dos detritos domésticos e industriais.

Porém, o desenvolvimento desses centros deveria ser limitado pela capacidade de absorção dos rios, em função de sua vazão, capacidade de oxigenação e grau de tratamento recebido pelos detritos. No caso de São Paulo, reportado à década de 30, para os estudiosos do assunto, a presença dos rios Tietê e Pinheiros, graças à vazão que tinham, à época, pareciam garantir a tranquila presença de cerca de dois milhões de habitantes dentro de condições razoáveis de sanidade e preservadas a flora e a fauna. Já havia sido instalada uma usina-piloto às margens do Tamanduateí, que processava a transformação de resíduos sólidos em adubo orgânico, mercê de fermentações anaeróbias, conseguindo lançar ao rio água praticamente potável.

Graças à possibilidade do tratamento das águas servidas e ao volume dos caudais, a impressão era a de que, ao menos por um século, as condições de sanidade da cidade estariam preservadas.

Tal não aconteceu. A proliferação industrial e o crescimento demográfico superaram todas as previsões. E, ao mesmo tempo, a extrema diversificação de impurezas lançadas pela indústria impediu um eficiente sistema de tratamento de águas, desafiando qualquer técnico de purificador, seja pelo volume, quanto pela complexidade de novos elementos poluente.

Em nossa cidade o caso torna-se ainda mais sombrio. Dispostos, no estio, de 1,5 m cúbico de água por segundo (isto depois do recalque para o vale do Jundiá-Mirim, de um metro cúbico de água retirada do Atibaia), mais 40 ou 50 litros por segundo captados na Serra do Japi. Teoricamente, esse suprimento deveria bastar para cerca de meio milhão de habitantes.

A maior gravidade reside no fato de contarmos, em nossos rios, com uma capacidade complexiva de vazão de apenas 3 a 4 metros cúbicos por segundo, que recebem diuturnamente um tremendo volume de resíduos domésticos e industriais. E, dado o grau de densidade industrial, é dispensável qualquer comentário sobre a total poluição dos nossos rios.

Importante é que seja esclarecido que muitas de nossas indústrias, conscientes da gravidade da situação, estão pesquisando ativamente a forma de diminuir ou anular os índices de poluição ocasionados por seus resíduos. Necessária é, também, a conscientização dos indivíduos para que, como unidades poluentes, cooperem no sentido de diminuir suas atividades poluentes, pois que seria injusto que a responsabilidade fosse deixada totalmente às indústrias e ao poder público.

ADOLPHO JOÃO TRALDI

Aos amigos João Baiano e Antonio da Silva

Quem diria! Segundo notícia publicada no *Estadão*, edição do dia 16 último, 1.ª página, "os debates em torno dos problemas de corrupção pública estão fazendo convergir para a área política de São Paulo uma série de informações" envolvendo o procedimento de um ex-secretário municipal de turismo durante a gestão do último prefeito da Capital, teriam se hospedado às custas da Prefeitura de São Paulo os srs. João Baiano e Antonio da Silva e alguns outros, custando aos cofres municipais a

bagatela de 1,4 milhão de cruzeiros.

Desmoronou-se o auto-conceito em que me tinha. Como pudera eu, vicentino de nascimento ter permitido que o passar dos anos viesse a trazer o esquecimento de Vicente de Carvalho, o "Poeta do Mar"? Agora, graças à notícia citada, voltei a lembrar-me: "Oh árvore frondosa de belos frutos..."

Preciso prestar mais atenção às pessoas que me entram em contato, avaliar melhor e não ficar no juízo apressado das aparências ex-

teriores. Quantas vantagens não poderia eu ter usufruído se não tivesse agido da forma que fiz. Duas das grandes fortunas nacionais passaram por mim e eu imaginando que fossem simples moradores de ruas projetadas, sem número, de vai saber que bairro afastado! E apenas os atendi da forma que faço com todos, não lhes dando a atenção de altas personalidades que são. Todos sabem quanto melindrados ficam os grandes homens quando não se lhes dá a atenção que eles esperam receber.

Estão para mim fechadas as chances de investimentos lucrativos na área hoteleira, pois, a menos que faça uma retratação pública, não somente eles, mas também todos seus amigos negar-se-ão a hospedar-se em qualquer hotel que eu seja proprietário ainda que de uma única ação. Fico de fora, porém não prejudico a toda uma área em pujante crescimento, que é o turismo nacional. Principalmente agora que podemos esquecer a necessidade de atração do turista estrangeiro, que só fica a nos olhar de

sosiaio como se fossemos botocudos e antropófagos, uma vez que, pelo que podemos desprender da notícia lida, nosso turismo tupiniquim tornou-se auto-suficiente.

Não me custa, porém, uma única tentativa, e dessa forma: "Senhores João Baiano e Antonio da Silva, se voltarem a nos procurar, mesmo que em suas roupas de operários, não se contentem com meus parcos conhecimentos profissionais, porque sou até capaz de mandar comprar um Chivas para servir a ss. excias. WOLF HERBERT NOSSAK

O tribunal de São Pedro

O santo velhinho guardião das chaves do Paraíso, longas barbas brancas oscilando ao vento, estava particularmente preocupado naquele dia, na antevisão de grande afluência de novas almas que para ele se dirigiam, para se submeterem ao seu inapelável e superior julgamento.

É que terrível catástrofe atingira uma cidade de um próspero Estado de certa república do Novo Mundo. Morreu praticamente todo mundo e interminável leva de almas encarapitou-se pelas nuvens, à espera do santo chamado.

São Pedro, cioso de seus deveres e organizador emérito, reservou espaços especiais para alojar os plebeus e outros para as autoridades, porque estas, merecedoras de alta consideração, mereciam julgamento de toga e capelo...

E, assim, as vítimas da catástrofe foram separadas em duas equipes: a dos pequeninos e a dos grandalhões.

Deixemos os pequeninhos embutidos na sua pequenez e vamos dar, por direitos adquiridos, destaque para os grandalhões.

Os representantes do Poder Judiciário, a um simples aceno brejeiro do Santo, passaram livremente por borboleta. Sob uma salva de palmas dos querubins e serafins, receberam passe livre para ocupar os melhores departamentos do Eden.

Chegou, então, a vez do Legislativo e do Executivo.

Sucedeu que São Pedro, togado e incorruptível, tipo salomônico, não podia julgar os pecados e as virtudes dos maiores, sem antes ouvir as opiniões da população por eles comandada e a eles submetida.

Determinou, então, que Legislativo e Executivo fossem colocados lado a lado sobre um tablado e que os plebeus ocupassem outro bem maior. Assim agindo, para melhor julgar aquelas almas recém-desencarnadas, o apóstolo-pescador, por nada entender de política municipal e para ser imparcial em seu julgamento, poderia ouvir a opinião de ambos os tablados e bem lavrar suas sentenças, para honra e glória da corte celeste.

Separou, então, uma equipe composta de lavradores, pequenos comerciantes, estudantes, donas-de-casa, artistas de todas as artes, colocando-a ao lado de dezesseite fazedores de leis e o executor.

Um tanto indeciso, com medo de errar, o Juiz Pedro abriu os debates. dali sairia a condenação ou a absolvição, conforme fossem os feitos ou os defeitos dos neofalecidos.

Silêncio total reinou. Os anjos recolheram as asas, calaram as harpas e apuraram os ouvidos.

A palavra foi concedida a um representante do povo.

— Pois é, meu santo — disse ele — foi até bom que o terremoto tivesse arrasado nossa cidade. Não aguentávamos mais o que por lá sucedia. Os munícipes só recebiam deveres e encargos. Nada de direitos. Impostos, impostos e mais impostos. Falando por mim, fui obrigado mesmo a privar meus filhos de uma alimentação sadia, para poder pagar os malfadados, exorbitantes, inoportunos e injustificados impostos. Ainda se o dinheiro recebido fosse bem aplicado...

— Vossa excelência dá licença prum aparte? — diz uma alma edílica.

— Pode apartear! — exclama a alma gentilica.

— Como membro de uma Colenda, acho que eu e meus excelentíssimos colegas deveríamos entrar direto lá pra dentro, pois a culpa do que o senhor vinha contando não é dos que legislam e sim do burgomestre.

— Do burgomestre uma ova — diz o mestre do burgo — apenas executo o que vocês mandam.

— Vocês, ponto e vírgula; nós somos excelências — aparteia um terceiro.

— Que seja! — responde o executor. — Mas, repito, a culpa é da Colenda.

— Mas é V. Exa. que manda a gente legislar — diz outro edil.

— Mas então os senhores legislam de cabresto? De cruz? — fala o executor. — Não! Absolutamente! — diz outro aparteante — o que tem havido é muita coincidência... acontece que nossas idéias são sempre irmãs-gêmeas...

São Pedro, angustiado com o calor dos debates, intervém:

— Afinal, nobres almas, de quem é a culpa da angústia e das aflições que tanto molestavam o povo da pobre cidade?

— Do Legislativo!
— Do Executivo!
— Do Legislativo!
— Do Executivo!

— Parem com isso! — ordenou o santo. — Já que ninguém reconhece sua culpa, todos são culpados. Não posso tolerar que alguns grandalhões infelicitem toda uma população. Vocês, plebeus sofredores do outro tablado, ponham-se em fila, requisitem um par de asas e um camisolão diáfano na Portaria, entrem no Paraíso e sejam bem-aventurados para todo o sempre!

No tablado dos maiores, houve assomos de alegria, pela bondade demonstrada por Pedro, para com os pequeninhos.

— E nós, meu santo? — interrogou uma alma impaciente.

— Minha sentença — responde Pedro — é a seguinte: condeno o alcaide a assistir, por duzentos anos, todas as sessões da Câmara de uma cidade qualquer do Interior, do início ao fim, sem ordenado e sem "jeton", e condeno os colendos a ouvir, também por duzentos anos, as lamúrias e os queixumes do povo sofredor!

— Nós nos submeteremos à vossa decisão, São Pedro — diz uma alma edílica — embora achemos que é verdadeira tortura cumpri-la. Mas, depois dos duzentos anos, podemos requisitar as asas e o camisolão?

— Nada disso — conclui o Dono das Chaves, com um sorriso um tanto esquivo e malandro. — Depois dos duzentos anos, vocês irão, todos, e por toda a eternidade, para os quintos dos infernos!

ALMA PENADA

Monólogo sobre uma administração

Ninguém sabe; nem o povo e nem seus representantes:

1) Por que o arqto Panizza se desligou da Prefeitura nesta Administração;

2) Por que o contador Dario Bochino há muito tempo se retirou;

3) Por que o sr. Budi abandonou o cargo que ocupava no Gabinete Municipal;

4) Por que o sr. secretário das Finanças do Município, técnico responsável pelo orçamento faraônico de 1974 (terceiro do Estado, segundo se noticiou no final de 73), apanhou as malas e retornou à Metrópole;

5) Por que o advogado Gustavo Maryssael de Campos retirou-se do cargo que ocupava no DAE, recebendo em seguida diversos convites para reassumi-lo;

6) Por que o sr. vice-prefeito se deslocou para o DAE, indo ocupar o cargo repentinamente deixado pelo advogado José Roberto Pardini;

7) Por que o dr. Joaquim Jacintho de Toledo deixou a Faculdade de Medicina;

8) Por que o sr. Sebastião Penteado deixou a presidência da Comissão Municipal de Turismo;

9) Por que... (a preencher);

10) Por que... (a preencher)

Pergunta-se: — O que estará acontecendo? Por que a zelosa Câmara de Vereadores não procura buscar os meios de informar o povo? Alguma coisa deve ter acontecido. Não existem efeitos sem causas. E os brilhantes demissionários, pessoas de ilibada conduta, bom conceito em suas respectivas áreas de atuação, por que nada esclareceram? O silêncio põe em dúvida a relação e ambas as partes ficam envolvidas. Jundiaí precisa saber dos fatos reais. **Mexam-se.**

O DONO DA SAÚDE EM JUNDIAÍ

Sabemos que aquela pessoa envolveu-se no problema Santa Rita. Tomou parte em reuniões diversas, com o outro grupo médico, com o sr. Alcaide, etc. etc. Realizou mesmo uma reunião em sua casa, com diretores do hospital e do presidente do grupo médico oposto ao seu. Nada resolveu. Foi à Câmara e não explicou nada. Os cultos vereadores aceitaram tudo. E dizem mesmo que o referido cidadão é liso que nem quiabo e escorregoso que nem sabão. Um dia — e não tardará — os fatos por certo serão minuciosamente expostos.

INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL

O aspecto jurídico da elevação dos impostos em Jundiaí vai muito bem. Vencido ficou o aumento em todas as Varas da Comarca e de acordo com os pareceres de todos os representantes do Ministério Público. Na segunda instância, os queixosos foram vencidos. Em alguns casos por unanimidade, em outros com votos divergentes. Houve até caso de revisão do resultado no Diário da Justiça, a primeira publicação informando que o recurso do Município foi denegado "por unanimidade" (ganho de causa dos contribuintes) e a segunda dizendo exatamente o contrário.

Agora o assunto está a caminho do Supremo Tribunal Federal. Aquele Juízo não sofre influências das partes e nem de seus procuradores, estando acima e distante dos problemas locais. Se a lei for corretamente aplicada e o bom senso respeitado, a interpretação da sistemática tributária aceita, a vitória virá. Pois a Suprema Corte está agora aceitando uma tese profunda de direito: a **Inconstitucionalidade Material**. Esta inconstitucionalidade, com fundamentos alienígenas, ocorre quando a lei é formalmente perfeita, isto é, na sua elaboração se apresenta em consonância com todas as normas superiores, mas ao ser aplicada a um caso concreto burla toda a sistemática subjacente das leis superiores e, portanto, não pode ser aplicada por ferir a constitucionalidade material. Serve essa tese como uma luva para o caso de Jundiaí, pois, além de ter sido ilegal, o aumento dos impostos se assemelha ao confisco. Aguardemos.

A.L.

REFLEXÃO

A corrupção

O mal social que se chama corrupção é aceito como existente em todas as épocas, em todos os governos, quaisquer que sejam as formas destes. Apresenta-se como uma doença no seio da sociedade e seu extermínio é praticamente impossível. Desenvolve-se nos mais diferentes modos e em todas as camadas sociais. É produto de uma deturpada formação do caráter, acrescida de uma série de circunstâncias ambientais e até econômicas. Sob o aspecto moral, em sua elasticidade, chega a ser justificada por indivíduos imediatistas cuja concepção de valores materiais sobrepujam os espirituais.

A sociedade apenas toma conhecimento de alguns fatos reduzidos e esporádicos de corrupção. A maioria deles, bem como seus protagonistas, permanecem acobertados pelo tempo ou por uma série de outros fatores, tais como os da atuação dos beneficiados que, ante suas funções, permanecem impunes ao efeito direto da coação social.

A prova da corrupção é das mais difíceis. Os documentos que a comprovam apresentam-se protegidos por uma aparente legalidade, mas que, se examinados em sua formação originária, dão resplandescência à imoralidade ou amoralidade que os invalida. Contudo, nem sempre é possível adentrar-se às origens, conhecer-se os contatos, os pré-contatos, para evidenciar a sua existência.

Sua infiltração parte, não raras vezes, dos escalões mais baixos formando uma corrente. Outras vezes, surgem nas altas esferas, onde os interesses econômicos e as vantagens são mais polpidas.

Um dos pontos altos do movimento revolucionário de 1964, diante daquela situação reinante, era o combate à corrupção. E, realmente, muitos corruptos foram punidos.

Contudo, a corrupção não pôde ser totalmente extinta.

É até perfeitamente justificável, ante a impossibilidade humana de conhecer e examinar todos os atos e aqueles que obtiveram e obtem vantagens em detrimento da Nação, que o problema ainda subsista.

Nem a existência de leis ordinárias e do princípio de exceção, somados à coação moral e social, conseguiu evitar a sua permanência e propagação. Os jornais dos últimos dias noticiam fatos estupefacientes de corrupção, alguns deles, é bem verdade, ainda sem a devida comprovação.

Somos advogados da liberdade plena e, assim sendo, não poderíamos admitir certos preceitos jurídicos que tolhem tal liberdade.

Mas como toda regra deve ter sua exceção para justificá-la, somos de opinião favorável à permanência do Ato Institucional n.º 5 — inclusive incorporado à própria Constituição — **somente como instrumento de combate à corrupção.**

Se a corrupção é um mal social que se desenvolve contra a Nação e, por conseguinte, contra toda a sociedade, para combatê-la é natural que o Governo disponha de um remédio jurídico forte, auto-executável, que, embora sendo às vezes mal interpretado junto à forma democrática, é perfeitamente justificável perante os mais altos interesses morais de uma coletividade.

Sua existência no corpo do Direito Positivo, por si só, não se torna cabalmente eficaz. É necessário que, ao mesmo tempo, se dê liberdade à imprensa para denunciar os atos duvidosos e que podem conter em seu bojo a corrosão da moralidade.

E vamos mais longe: a coação social é, para a maioria das pessoas, bem mais temida que os próprios preceitos punitivos.

É lógico que não advogamos a implantação de uma imprensa de cor. Liberdade com responsabilidade — esse é o binômio que advogamos e que julgamos a essência da democracia de uma imprensa pura e decente.

Estabeleça-se liberdade com responsabilidade definida, coesa e afastada dos conceitos de interpretação evasivos, que então ela será um dos mais úteis instrumentos de combate à corrupção.

Os fatos ultimamente divulgados, que se passaram em plena fase revolucionária, justificam a rigidez dos governos. Segundo o que se tem visto noticiado, a corrupção continua desafiando a tudo e a todos, com consequências desagradáveis para a Pátria. Se não podemos ter a pretensão de exterminá-la — porque isto é impossível a curto prazo numa nação em desenvolvimento —, devemos, é nossa obrigação, combatê-la com todas as armas de que dispusermos.

Vale lembrar, por último, que este não é um problema exclusivamente brasileiro. O mundo todo sofre os seus efeitos, em maior ou menor proporção. A educação, uma melhor distribuição da renda social, a formação de uma coletividade que se integre nos interesses nacionais e nos destinos da comunidade, a longo prazo eliminarão esta corrompedora da moral da Pátria contra a qual tanto se insurgiu o saudoso Rui Barbosa.

O PENSADOR

Se a carapuça servir, por favor, não faça cerimônia

Os piedosos missionários, naquela época mesmo (aliás, foi no mesmo dia), explicaram — com aquela paciência que os caracterizava — que os turistas são pessoas que frequentam pontos de atrações turísticas.

Oh céus! Oh Deus! Oh deuses! Em Jundiaí, por acaso, existe isso?

Cadê um Teatro Municipal? Cadê um carnavalzinho de rua? Onde? Em que gavetas da Prefeitura, aqueles projetos de aproveitamento turístico da Serra do Japi? Em que lugares da cidade, aqueles barzinhos atraentes, convidativos, aconchegantes, pra turista nenhum botar defeito? Em que lugar de Jundiaí, uma coisa capaz de atrair turistas? Onde, a nossa estação rodoviária? O nosso Centro Comercial? As áreas verdes, onde é que estão?

Muito, até pelo descontrário...

CÉLIA DE FREITAS

COMPANHIA JUNDIAIENSE DE MADEIRAS

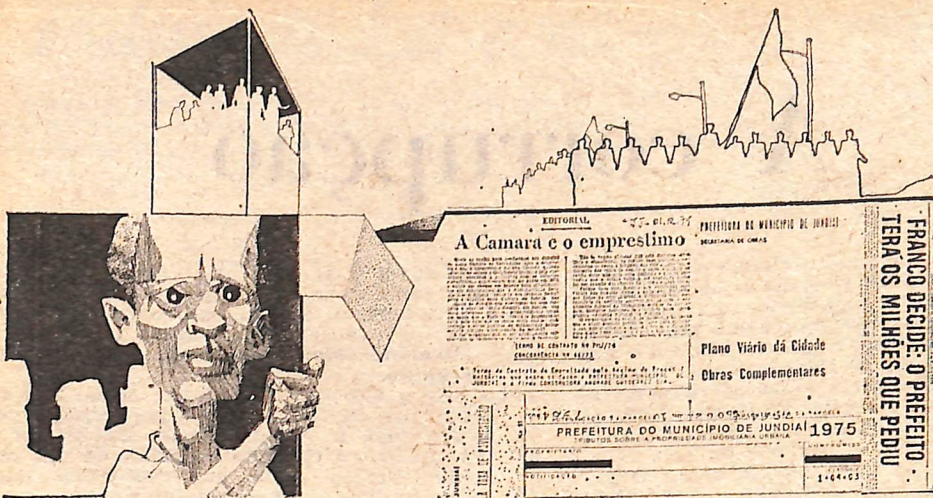
Pinho para fins industriais, marcenarias, carpintarias, construções.

Oferecemos, também, cargas diretas de pinho e peroba.

SCARABELLO & PINTO LTDA.

RUA BARTOLOMEU LOURENÇO, 68

TELEFONES 6-3602 E 6-8119



7 de Setembro: o prefeito vai desfilhar sua coragem

Há cerca de um mês, um barulho diferente ecoa pelas noites de Jundiá, vindo do Anhangabaú, do Vianelo, da Esplanada do Castelo, da Fonte São João, de um ou outro bairro, ainda.

É um som organizado, interrompido por apitos nervosos de maestros em mangas de camisa, comandando, com silvos curtos e longos, novos toques de jovens orquestras de muita percussão e pouco sopro (mas afinado).

A população não se queixa de novo barulho, a não ser pelo fato dele atrair para longe dos seus olhos a criançada que a ele acorre, entusiasmada, trocando a brincadeira de "pega" por um novo fascínio.

São as fanfarras das escolas que estão ensaiando para a grande festa tradicional, o desfile de 7 de Setembro.

Orgulhosos por terem sido os eleitos para co-

mandar a maior comemoração cívica nacional, os tocadores de bumbos e de cornetas não sabem que, este ano, chefiarão um exército menor de marchadores, já que os colégios desfilarão apenas com representações. Não sabem, também, que os sons mágicos que tirarão dos seus instrumentos — e que, por tradição histórica, compõem o hino da juventude ao Dia da Pátria — esses sons estarão servindo de fundo musical para uma outra festa, menor, subreptícia, marota, demagógica: a inauguração extra-oficial de uma das avenidas do absurdo Sistema Viário da cidade.

AS DATAS MARCADA

Tudo começou com a concorrência para a execução do Sistema Viário da cidade, em 1973.

Uma empresa, a SOTAFE — Engenharia, Sondagens e Fundações Ltda., contratada pelo prefeito, definiu um plano viário a ser executado, cujo pré-orçamento foi feito em absoluto segredo, marginalizando, inclusive, o corpo técnico da Prefeitura.

Realizada a trama, um pequeno aviso, publicado de chofre nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 1973, abria a concorrência, sem fazer qualquer menção ao vulto das obras — uma atitude estranha à administração municipal, cuja tônica tem sido sempre trombetear, através de coloridos impressos, todos os seus planos de ação.

Dessa vez, não, nada de publicidade, tudo muito discreto. Inclusive o prazo para apresentação das propostas das firmas que viriam a concorrer: uma quinzena, exatamente aquela de fim de ano,

quando as atenções de todos estão voltadas para as festas do Natal (sempre uma festa maior encobridendo uma intenção menor).

Considerando-se a importância e a complexidade das obras, e a grande quantidade de informações necessárias para a elaboração de um orçamento cuidadoso, o prazo dado não chegou a estimular um número maior de firmas e, ao contrário, prejudicou as que se interessaram e fizeram suas propostas, duas além da vencedora Andrade Gutierrez.

HISTÓRIA, COM H MINÚSCULO

Por sugestão das autoridades municipais, o desfile do "Dia da Pátria" será realizado na avenida Córrego do Mato, alterando a história dos desfiles da cidade.

O local, menos amplo do que a avenida Jundiá, ou outros onde a festividade poderia ser realizada, levou as direções dos colégios a selecionarem apenas representações de alunos, já que a totalidade dos estudantes viria provar, no dia do desfile, a inadequação da escolha do Córrego do Mato para a Festa da Independência.

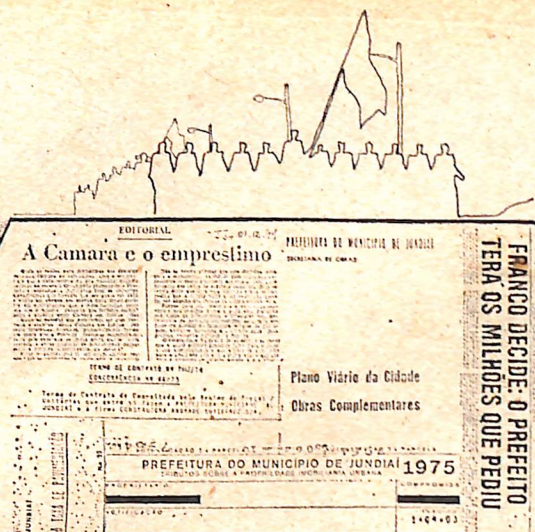
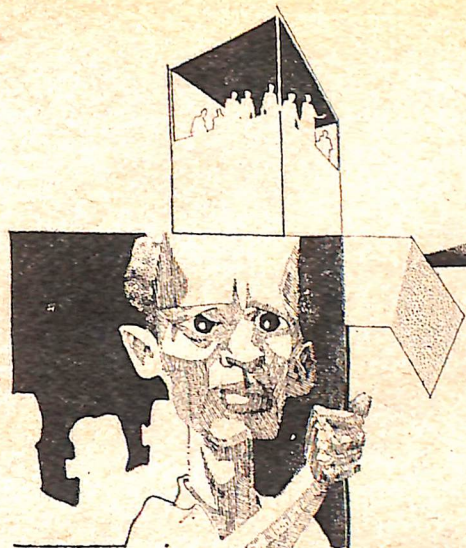
Por que, então, essa escolha?

Pela simples razão de que é necessária muita pompa para tentar deslumbrar a população e fazê-la aplaudir (aplaudindo o desfile) uma das mais insensatas e onerosas realizações jamais feitas pela administração pública em Jundiá.

Vejam os principais capítulos dessa história pequena que se pretende comemorar, insultosamente, no dia da nossa data maior

O orçamento da Avenida do Córrego do Mato, 75 milhões de cruzeiros, seriam suficientes para a urbanização de quase todas as ruas de terra da cidade. Pelo levantamento do "Jornal de 2.ª", inclusive o Jardim São Camilo (2.ª parte), que aparece na foto, estaria incluído na obra e poderia receber as benfeitorias, guias, sarjetas, pavimentação etc., e até mesmo arborização.





TRÊS AZES E UM CORINGA

C.R. Almeida e Firpavi eram as outras candidatas à execução de uma obra, cuja concorrência havia sido aberta sob o regime de empreitada por preços unitários, cuja contratação de serviços também foi feita, depois, por preços unitários. No entanto, e de novo estranhamente, as propostas foram julgadas pelo critério de preço global, ou seja, os mesmos exatos Cr\$ 178.212.128,85, preço mínimo pré-estabelecido pela SOTAFE, já que não seriam aceitas propostas abaixo desse valor. Um preço mínimo tão atraente que foi obedecido, como um verdadeiro limite, nas três propostas.

Criava-se, assim, um empate forçado entre os concorrentes.

Para o desempate foram trazidos, ninguém sabe de que cartola, três personagens, ilustres desconhecidos nos meios profissionais locais: um bacharel, um economista e um enge-

nheiro, que ergueram o braço da Andrade Gutierrez, diante do mudo consentimento de uma Comissão de Licitação, constituída por elementos da Prefeitura.

Que critério teriam usado os apocalípticos juizes vindos de ninguém sabe onde?

O do melhor preço unitário, não. Até porque a Andrade Gutierrez foi a concorrente que apresentou os piores preços unitários.

Alguns exemplos: o preço cobrado pela Gutierrez para a instalação do canteiro de obras foi de Cr\$ 6.860.671,47. O preço da Firpavi era de Cr\$ 99.999,90.

Um item importante, o da "escavação de terra", foi cotado pela Gutierrez a Cr\$ 11,25 por metro cúbico, contra Cr\$ 3,00 da Firpavi e Cr\$ 3,68 da C.R. Almeida. Naquela mesma época, o preço do DER era de Cr\$ 2,54. Com os reajustes, o preço atual da Andrade Gutierrez está por volta de Cr\$ 19,00,

enquanto que o do DER, publicado em "Diário Oficial" do dia 9-8-75, é de Cr\$ 3,84.

Como se vê por aí, é gigantesco o movimento de terra escavada, nas obras do Sistema Viário. Incrível é que não se veja que a cidade está pagando, por esse serviço, quatro vezes mais do que seria o seu preço justo.

Por que, então, a Andrade Gutierrez?

A comissão dos apocalípticos tinha argumentos: a Andrade Gutierrez era melhor, exatamente porque cobrava mais caro pelos primeiros serviços (o canteiro de obras e a escavação). Seria o mesmo que dizer: se alguém vai ter que ficar doente um dia, é melhor ter logo câncer nos primeiros dias de vida. Uma lógica terrível!

SOTERRANDO DADOS

E assim, no dia 4 de fevereiro de 1974, o prefeito

homologava o julgamento da concorrência, para que o contrato fosse assinado 15 dias depois. De lá até hoje, terra e dinheiro vêm sendo removidos sob a fiscalização de um engenheiro domiciliado em Niterói, devidamente nomeado pelo prefeito. E, desde o dia 5 de março de 1974, a SOTAFE, a que preparou a concorrência, também está contratada (sem concorrência) para responder pelo planejamento e supervisão das obras. Uma resposta que está custando Cr\$ 8.000.000,00, mais uma série de pagamentos por serviços extras a preço unitário.

Se a concorrência foi um mar de rosas para os interessados, logo começaram a se fazer perguntas. O vereador Abdoral Alencar (MDB) pediu vistas ao contrato. Recebeu uma cópia, sem os anexos que continham a relação dos preços unitários dos serviços a serem executados. Reclamou e recebeu a cópia dos anexos, mas em

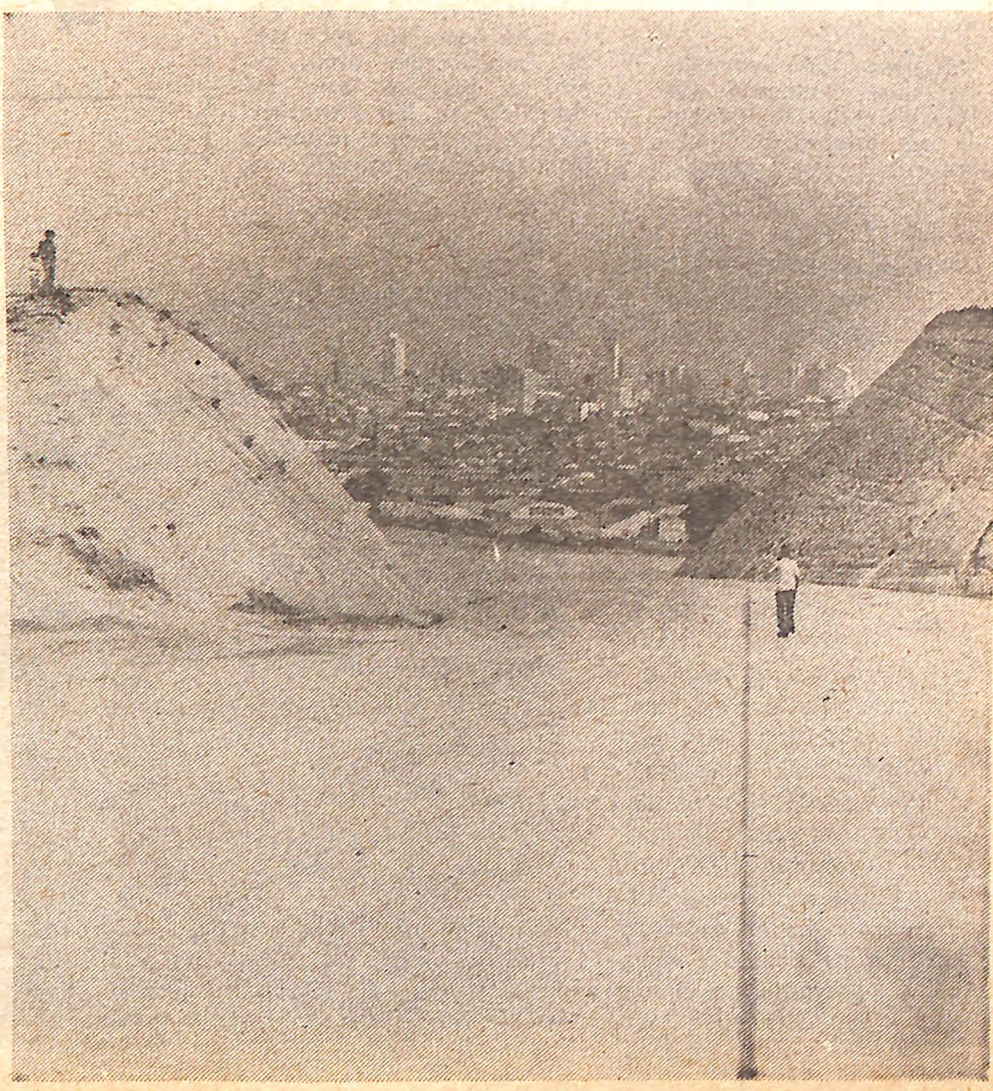
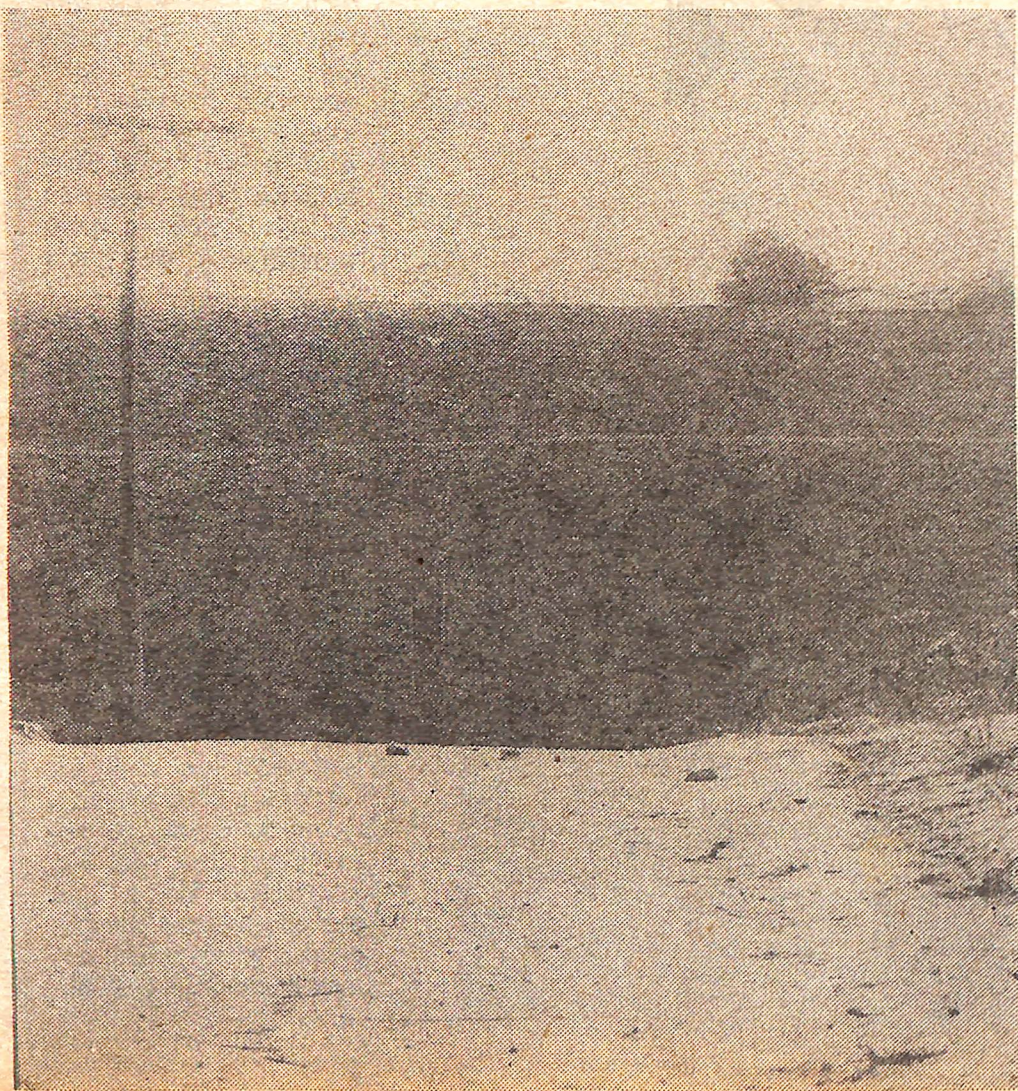
branco, sem os preços unitários.

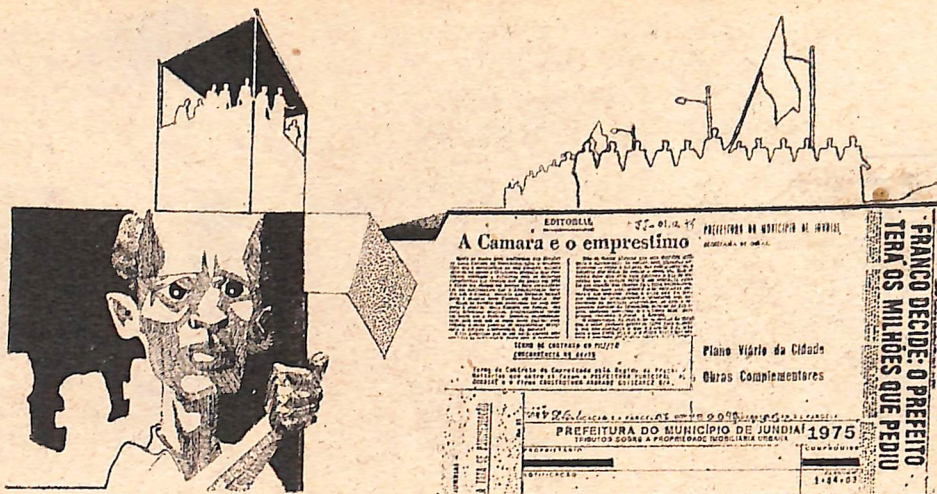
A constante recusa acabou dando mais publicidade à intenção do prefeito em sonegar informações à Câmara. Foi então que a Rádio Difusora Jundiaíense promoveu uma mesa redonda para debater uma outra questão que comovia a população: o aumento dos impostos. Aproveitando-se do fato de ser um "programa no ar", o tesoureiro da Comissão Executiva da Arena, Virgílio Torricelli, pediu vistas às despesas da Prefeitura, conseguindo, graças a isso, acesso ao processo de concorrência para o Sistema Viário — aquilo que havia sido negado ao vereador da Oposição e à Câmara não pôde ser negado em público.

As discrepâncias eram tantas que, no dia 30 de maio desse ano, a Comissão Executiva decidiu reunir-se com os vereadores arenistas e expôs, aí, cada detalhe dos absurdos preços unitários dos serviços da construtora vitoriosa.

Rua Antonio Zandona — os moradores da Vila Santana, Jardim Paçambu, Vila Rui Barbosa e Vila Nambi (Vulcabras) conhecem a importância que esta via tinha como ligação interbairros. Por isso, a Radial Leste, quando foi projetada na administração passada, foi feita com viaduto que deixava a rua Antonio Zandona passar por baixo. Como se vê na foto o projeto foi mudado. O viaduto (que seria pequeno e já tinha projeto estrutural pronto) não foi feito, a ligação dos bairros ficou prejudicada, mas o movimento de terra aumentou.

Radial Leste — A preço bem mais elevado que os normais da praça, este movimento de terra está custando caríssimo aos cofres públicos de Jundiaí.





DIANTE DO VERIFICADO E DO EXPOSTO

Ante a gravidade dos fatos, a Executiva decidiu formar um grupo de trabalho, constituído por um engenheiro, um arquiteto, um economista e um representante do CREA, designados pelas respectivas entidades de classe, para analisar, em profundidade, a concorrência e o contrato de execução do Sistema Viário.

Em 23 de agosto de 1974, esse grupo de trabalho apresentou seu relatório à Comissão Executiva da Arena.

O veredito final: "Diante do verificado e do exposto, concluímos que: tanto na preparação como no julgamento das propostas da concorrência pública municipal 66/73, os critérios adotados não atenderam ao interesse do Município".

Esse relatório foi a pedra de toque que gerou a constituição de uma Comissão Especial de Inquérito, formada pelos vereadores José Sílvio Bonassi, Adoniro José Moreira, Romeu Zanini, Abdoral de Alencar e Antonio Tavares.

De posse das averiguações, essa Comissão submeteu os dados do problema ao advogado Ovídio Bernardi, cujo parecer

foi por ela homologado (apenas o vereador Antonio Tavares não a assinou, fato que não surpreende a quem acompanha as atitudes desse edil diante dos problemas mais sérios da cidade) e que, em resumo, acusa as seguintes ilegalidades:

1.a) planejamento, estudos, projetos realizados pela SOTAFE foram objeto de contrato firmado com dispensa de licitação;

2.a) o tal contrato foi firmado sem verbas específicas do orçamento e sem empenho prévio das despesas, burlando o art. 60 da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964;

3.a) o edital de concorrência foi publicado sem observar uma modificação da lei estadual n.º 89/72, inserida no Diário Oficial da União um mês antes. E as propostas foram recebidas uma semana depois dessas modificações estarem vigindo como lei. É, portanto, duplamente ilegal.

4.a) pela não observação dessa lei, uma série de irregularidades foram cometidas, entre as quais: a) não se exigiu a documentação estabelecida; b) embora estabelecida a concorrência por preço unitário de serviços, o julgamento foi pelo preço global; c) mesmo que se admitisse que tudo foi feito com base na lei antes de modificada, ainda assim o art. 3.º, que foi mantido, proíbe a realização de obras sem provisão de recursos financeiros,

sob pena de nulidade dos atos.

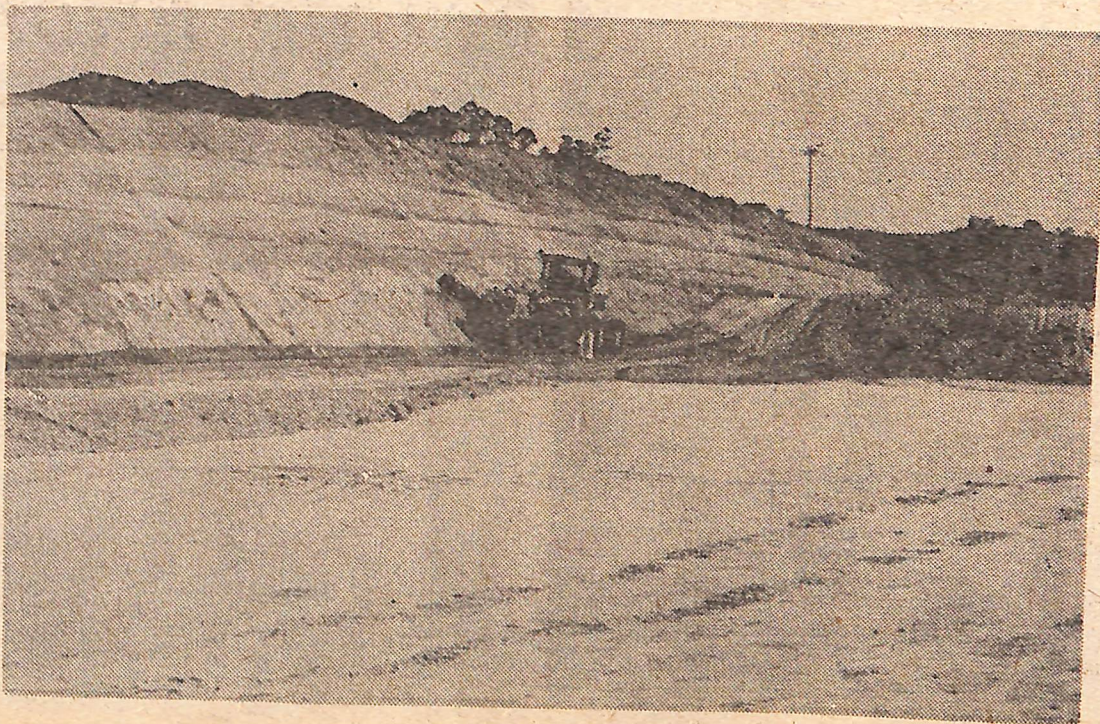
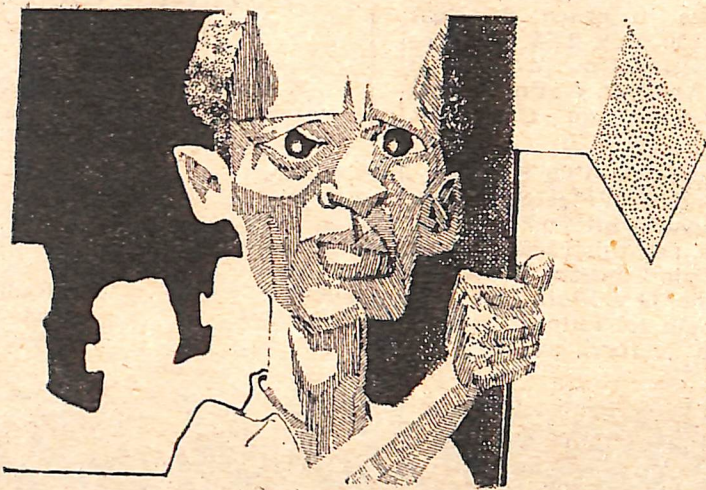
E concluiu: "Ante a esta conclusão, parece-nos que o sr. prefeito praticou atos que justificam medida judicial por parte desta Câmara, a fim de invalidar tais atos junto ao Poder Judiciário, bem como as medidas legais cabíveis contra o sr. prefeito, tudo em nome da legalidade e moralidade da coisa pública".

Quando o parecer da Comissão Especial de Inquérito foi assinado estávamos a 10 de abril de 1975 e fazia apenas um mês que os estudantes voltavam às aulas.

Era muito cedo, ainda, para se pensar em ensaios de fanfarras e no desfile do Dia da Pátria.

Nos cinco meses que separam a conclusão da CEI do desfile de 7 de setembro, mais 220 milhões de cruzeiros (Cr\$ 220.000.000,00) foram confiados pela Câmara Municipal (com a assinatura de Antonio Tavares) ao prefeito que cometeu todas as ilegalidades constatadas pelos inúmeros documentos examinados pelos técnicos, pelo advogado Ovídio Bernardi, pelos vereadores da Comissão. Uma ciranda de milhões, que o Alcaide vai festejar, em atitude cívica, diante do pavilhão nacional que os estudantes desfilarão pela Avenida Córrego do Mato.

E o povo, sem querer, vai aplaudir.



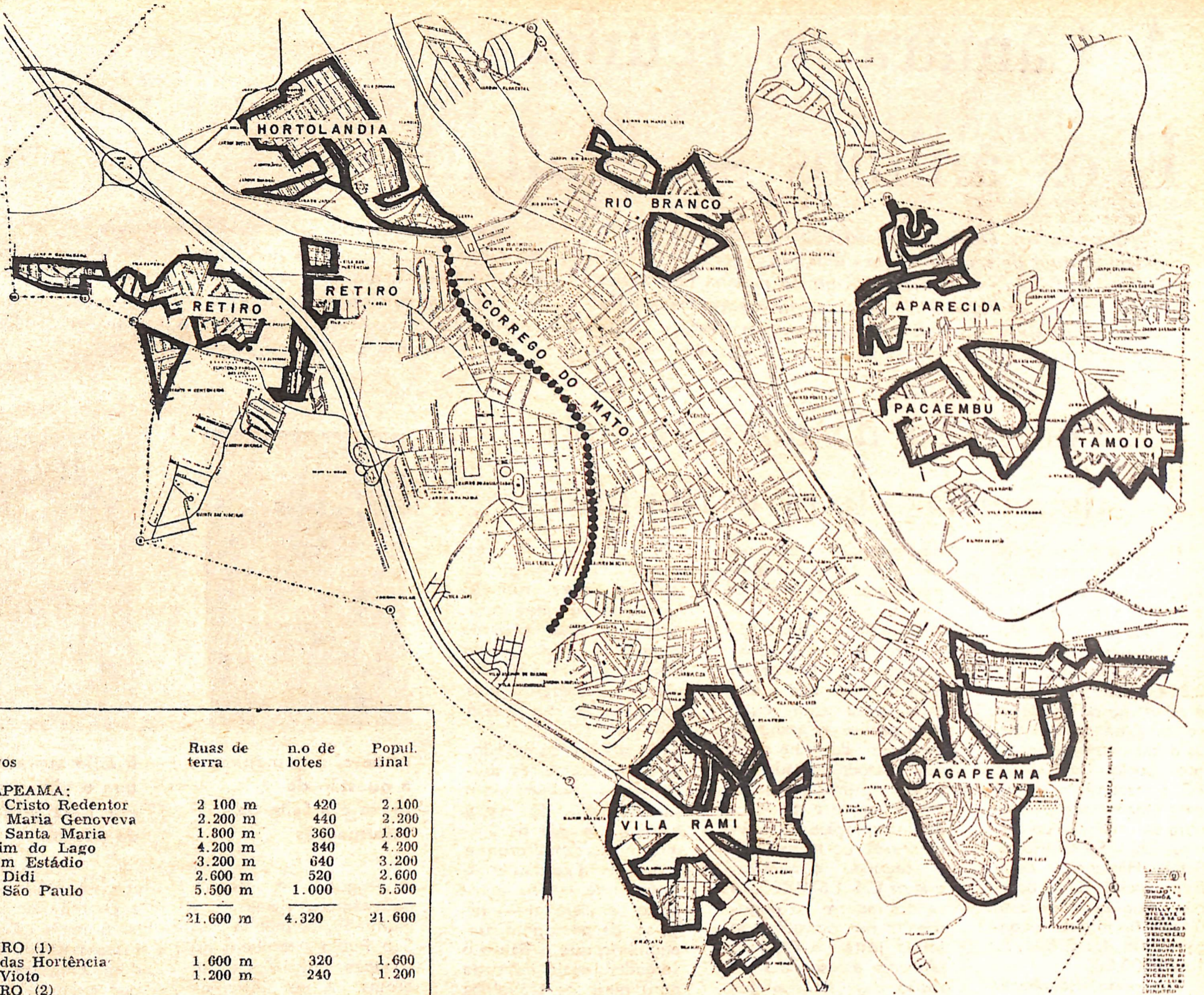
Córrego do Mato — Na parte baixa substituíram o solo e encheram e esvaziaram o canal com terra. Na parte alta (foto) estão cortando bastante o terreno. As soluções sempre levam a terraplenagens excessivas, cujo preço unitário é exorbitante. No rio Jundiá, onde as marginais estão em boa parte abertas, o solo é bom, terraplenagem é quase desnecessária e onde os emissários e as avenidas são importantes, a obra nem sequer foi iniciada.

O lobo e o cordeiro

Um argumento importante para dar como vencedora a firma Andrade Gutierrez foi o de que o seu cronograma financeiro era vantajoso, pois exigia da Prefeitura maiores desembolsos na fase inicial da obra! Isso mesmo, foi esta a alegação. É o caso de perguntar: vantajoso para quem? Para o município ou para o empreiteiro? Desde quando as condições de pagamento são consideradas melhores quanto maiores forem as parcelas iniciais?

Pois com este argumento absurdo, verdadeiro passe de mágica, a comissão que julgou a concorrência considerou que era uma grande conveniência para Jundiá pagar pela instalação do canteiro da Gutierrez e pelo movimento de terra preços *muitas vezes maiores* que os preços normais do DER ou dos demais concorrentes.

Essa história lembra a fábula do lobo e do cordeiro. O lobo queria comer o cordeiro e alegou que ele estava sujando sua água. Não adiantou o cordeiro dizer que estava bebendo rio abaixo. Não interessava se a água corre de cima para baixo ou de baixo para cima. A lei da gravidade tinha que ser esquecida. O que o lobo queria era comer o cordeiro. E comeu.



Bairros	Ruas de terra	n.º de lotes	Popul. final
AGAPEAMA:			
Vila Cristo Redentor	2.100 m	420	2.100
Vila Maria Genoveva	2.200 m	440	2.200
Vila Santa Maria	1.800 m	360	1.800
Jardim do Lago	4.200 m	840	4.200
Jardim Estádio	3.200 m	640	3.200
Vila Didi	2.600 m	520	2.600
Vila São Paulo	5.500 m	1.000	5.500
	21.600 m	4.320	21.600
RETIRO (1)			
Vila das Hortências	1.600 m	320	1.600
Vila Vioto	1.200 m	240	1.200
RETIRO (2)			
Parque Brasília	3.100 m	620	3.100
Vila Espéria	2.400 m	480	2.400
Jardim Guanabara	2.300 m	460	2.300
Recanto IV Centenário	1.900 m	380	1.900
Vila Alvorada	1.300 m	260	1.300
	13.800 m	2.760	13.800
HORTOLÂNDIA:			
Jardim Santos Dumont	3.500 m	700	3.500
Jardim Búfalo	500 m	100	500
Jardim Hortolândia	3.600 m	720	3.600
Jardim Shangai	1.400 m	280	1.400
Cidade Luiza	3.000 m	600	3.000
Vila Lacerda	2.800 m	560	2.800
	14.800 m	2.960	14.800
PACAEMBU/TAMOIO:			
Vila Santana	3.100 m	620	3.100
Jardim Pacaembu	3.400 m	680	3.400
Jardim Adélia	300 m	60	300
São Judas Tadeu	2.600 m	520	2.600
Jardim Tamoio	2.900 m	580	2.900
	12.300 m	2.460	12.300
VILA RAMI (1)			
Jundiaíópolis	2.100 m	420	2.100
Vila Helena	1.300 m	360	1.300
V. A. Toldi e V. Aiolo	600 m	120	600
Vila Garcia	1.300 m	260	1.300
Vila Salerno	600 m	120	600
Vila Santa Júlia	900 m		
VILA RAMI (2)			
Vila Boa Vista	2.200 m	440	2.200
Vila Comercial	2.500 m	500	2.500
Vila Maringá	2.100 m	420	2.100
	14.100 m	2.820	14.100
B. N. SRA. APARECIDA:			
Vila Aparecida	2.200 m	440	2.200
Vila São Camilo	2.800 m	560	2.800
	5.000 m	1.000	5.000
BAIRRO RIO BRANCO:			
Jardim Liberdade	2.700 m	540	2.700
Vila Liberdade	3.600 m	720	3.600
Jardim Danúbio	2.100 m	420	2.100
	8.400 m	1.680	8.400
TOTAIS	90.000 m	18.000	90.000

Absurda prioridade

O erro não está na avenida do Córrego do Mato em si. O erro está na sua execução completa agora, quando as prioridades são outras. O erro maior, entretanto, é o absurdo custo de suas obras.

Setenta e cinco milhões de cruzeiros (ou 75 bilhões de cruzeiros antigos). Sabe o povo o que é isso? E os vereadores, sabem o que representa essa soma?

O orçamento que justificou o empréstimo do Banco do Brasil, em novembro de 1974, era de 75 milhões de cruzeiros.

COMPARAÇÃO NECESSÁRIA

As melhorias numa rua comum, incluindo pavimentação completa e até mesmo a arborização, a

preços normais, custam cerca de 300 cruzeiros o metro linear. O montante de 75 milhões seria, portanto, o bastante para a execução das melhorias em nada menos que 93 km de ruas de terra das muitas dos nossos populosos bairros.

Vejam no mapa da nossa cidade quantas vilas poderiam ser atendidas. Todas as ruas contidas nos bairros marcados poderiam ser arrumadas e pavimentadas pelos 75 milhões que estão sendo gastos apenas no córrego do Mato. Ao invés de uma única avenida, em áreas pouco habitadas e já servidas por outras vias, aproximadamente 90 mil habitantes (18 mil lotes residenciais) poderiam estar sendo beneficiados pela colocação de guias, sarjetas, pavi-

mentação etc., em 90 km de ruas.

O quadro ao lado mostra de forma discriminada, em números aproximados, as extensões de ruas, número de lotes residenciais que seriam servidos e população final dos bairros e vilas que poderia ser atendida.

É este o preço do córrego do Mato: o montante necessário para dar a, praticamente, todos os bairros pobres de Jundiaí o melhor padrão de urbanização, igual ao dos melhores bairros da cidade!

Que dizem disso os senhores vereadores? E falamos apenas do córrego do Mato. Que dizem ainda os nossos edis das centenas de milhões que autorizaram para aplicações dessa natureza?

A Câmara se reúne. E os ânimos se exaltam.

O vereador Carlos Ungaro não estava, quarta-feira passada, num de seus melhores dias para presidir os trabalhos da Câmara Municipal. E muito menos (ou talvez nem tanto?) os demais vereadores que compareceram à sessão (por sinal, a totalidade, já que agora está valendo Cr\$ 375,00 por dia de presença aos trabalhos).

Na pauta, quatro projetos de lei: dois de iniciativa do Executivo e dois dos próprios vereadores. Ao encerramento dos trabalhos, só estavam votados os dois primeiros (um apenas na primeira fase, pois que o tempo regimental se esgotou), isto devido, principalmente, ao tumulto por eles gerado no plenário.

Por causa do novo pedido de verbas, todo o tumulto.

O primeiro dos projetos votados nessa sessão autoriza o chefe do Executivo a abrir na Secretaria das Finanças Municipais um crédito adicional da ordem de Cr\$ 3.814.000,00, destinado à cobertura de gastos diversos e principalmente, os decorrentes de encargos sociais (INPS e FGTS) assumidos com a contratação de pessoal para as unidades de serviço da Secretaria de Saúde, Higiene e Bem-Estar Social. Só a dotação exigida para esta última finalidade alcança a casa dos Cr\$ 1.670.000,00.

Desejando conhecer detalhadamente a forma de aplicação da maior parte da verba solicitada, o vereador Abdoral Lins de Alencar apresentou à Mesa um requerimento pedindo o adiamento da discussão do projeto por uma semana, tempo esse que seria dado ao prefeito para enviar à Câmara os informes reclamados. Contudo, e apesar do projeto estar com prazo de 90 dias para ser apreciado (esse prazo só se esgotaria em 12 de outubro), o pedido do líder da oposição foi rejeitado pela maioria dos presentes, apoiando-o apenas a bancada do MDB e os arenistas Romeu Zanini e José Rivelli. Em seguida o projeto foi aprovado em primeira e segun-

da fases, só permanecendo contra ele os mesmos vereadores mencionados.

Durante a discussão do requerimento e do projeto, os líderes de bancada, Alencar e Élio Zillo, mantiveram acirrado debate em torno da urgência da liberação das verbas, argumentando o primeiro a questão do prazo e da falta de informações complementares, ao tempo que o segundo sustentava que os Cr\$ 1.670.000,00 se destinavam a pagamento de pessoal, não sendo justo a Câmara provocar atraso na liberação dos salários dos contratados. Romeu Zanini, confessando surpresa pela rápida tramitação do projeto pelas comissões e dando também bastante importância às informações que o líder da oposição pedia, defendia, em apertes, a tese de que o requerimento era legal e não havia razões para não aprová-lo, já que o próprio prefeito não havia solicitado urgência para o projeto. Se o quisesse fazer, teria fixado o prazo de 40 dias para a sua apreciação ou até poderia exigir a aprovação no dia seguinte da remessa, como já o fez com tantas outras proposições, em especial com as que tratavam de liberação de verbas ou empréstimos.

Joaquim Ferreira, expondo sua posição da tribuna, asseverou: "O que vejo é que o sr. prefeito está pedindo mais uma favor a esta casa. E já nem é um favor; é um presente, pois que o fim de ano já está próximo".

Depois da aprovação, diversos vereadores solicitaram a palavra para justificativa de voto, ocasião em que os ânimos mais se exaltaram e o presidente perdeu completamente o seu equilíbrio emocional — diga-se, de passagem, um equilíbrio que o fizera o vereador mais indicado para gerir os trabalhos da Casa e até chegou a ameaçar o encerramento antecipado dos trabalhos por falta de ordem no plenário. Durante o sermão que proferiu à Casa, fez claras referências a acontecimentos passados nos bastidores momentos antes do efetivo início da sessão, pelos quais pediu "desculpas à população de Jundiá e ao Brasil que eu amo".

A exaltação do presidente, sua declaração de que estava "doido" para deixar a Casa, causou surpresa a vários vereadores, em especial ao vereador Romeu Zanini, que parecia o menos abalado e até lembrou:

"Tivemos sessões memoráveis neste Legislativo, que iam até pela



Abdoral argumentou a questão do prazo e a falta de informações



E Zillo sustentou que o dinheiro era para pagamento do pessoal

madrugada, e sempre aguentamos firmes. (...) Numa Assembléia de São Paulo também há sopapos, palavões e até armas. É no inflamar desta Casa pelo projeto que saem estas palavras e estas brigas; mas depois tudo passa e continuamos todos amigos, como sempre".

Carlos Ungaro, por seu turno, não esqueceu de enfatizar que sempre ao início dos trabalhos é invocada a presença de Cristo para o bom andamento dos trabalhos, mas que, entretanto, "parece que a Casa não participa comigo nessa oração". "É pena que não são todos os que reconhecem a presença de Deus nesta Casa", lamentou.

Foi no final das justificativas que se pôde ter conhecimento de algumas informações que, se fornecidas no início, poderiam ter auxiliado na

compreensão do projeto e contribuído para que os ânimos não se exaltassem tanto. O vereador Joaquim Ferreira, por exemplo, deu a conhecer os dados que ele conseguiu levantar na Prefeitura (obtidos junto a um funcionário, pois o prefeito se recusou a recebê-lo na segunda-feira), pelos quais se via que Cr\$ 1.600.000,00 do total mencionado no projeto deviam ser recolhidos para a formação do Fundo de Garantia do pessoal variável da Municipalidade, Cr\$ 215.000,00 eram para o INPS e seguros, Cr\$ 300.000,00 eram para remanejamento de verbas diversas etc. Por sua vez, Élio Zillo explicou que "desde 1967 não era recolhido o Fundo de Garantia do pessoal" e que, "por uma exigência do BNH", o recolhimento agora deveria ser feito parceladamente.



**Nós temos uma excelente imagem nesta cidade.
E em muitas outras do Brasil**

Indústria de Antenas JUNDIAÍ Ltda.

Fabricantes exclusivos de antena "Parabólica" e das melhores antenas para Tv UHF e VHF.

Loja: Rua São Bento, 126 — Telefone 6-8164.

Fábrica e Escritórios: Via Anhanguera, km 60,800 — Telefones 6-1111 e 6-8142.

Aos discordantes, agora, 30 meses para pagar o asfalto.

O segundo projeto posto em discussão foi o relativo ao parcelamento dos débitos dos municípios dissidentes do Plano de Asfaltamento. Na forma original, esse projeto reduzia ao máximo de seis o número de parcelas a serem pagas por esses municípios. Porém, depois de sofrer dois adiamentos, o projeto do prefeito ganhou um substitutivo que alterou esse prazo para 30 meses, ajustando, finalmente, o disposto no artigo 6.º da Lei n.º 2.091-75 ao que reza o artigo 211 do Código Tributário Municipal.

As discussões relativas a esse projeto e respectivo substitutivo só se iniciaram após uma demorada pausa, a fim de que fosse permitido a todos os vereadores recuperar a calma e reabastecer seus estômagos nas salas de comissões (a portas fechadas), posto que para esta foi transferido o lance como meio de frustrar a

participação de penetras (e também de alguns jornalistas descredenciados) nessas refeições antes servidas nas mesinhas da lanchonete do Palácio da Esplanada.

O ORIGINAL E O SUBSTITUTIVO

O projeto a se discutir estabelecia, em sua redação original, uma alteração no artigo 6.º da Lei n.º 2.091-75 (a que possibilitou a execução do asfaltamento da cidade pela firma A. Gutierrez, sem concorrência pública específica), obrigando os municípios discordantes a pagar em apenas "até seis parcelas" o preço cobrado pela pavimentação da frente de suas propriedades.

A lei, até então, concedia prazo de até 18 meses para o pagamento, dependendo do percentual de discordantes existentes no bairro que estivesse sendo

asfaltado. E já nisto contrariava disposição contida no artigo 211 do Código Tributário Municipal, onde se lê que a cobrança (ou o recolhimento) da taxa de execução de pavimentação "é feito em 30 (trinta) parcelas mensais", a contar do dia da notificação e ainda com uma carência de 30 dias para o recolhimento da primeira parcela.

Ainda segundo o Código Tributário Municipal em vigor, artigo 208, não se incorporam à taxa que é paga pelo município o custo da colocação de guias, correndo este por conta da Prefeitura. No caso da lei que obriga o município a arcar também com os custos dos "serviços correlatos e obras complementares", numa flagrante ofensa ao Código citado.

A par de tudo isso, o novo projeto iria agravar ainda mais a situação dos

municípios discordantes, posto que estes, tendo-se manifestando contrários ao custo do asfalto, mesmo com amplo parcelamento, ficariam, nessa altura, premidos ainda mais pelo custo parcelado em somente "até seis parcelas".

Dai, talvez alertado sobre a ilegalidade existente (o *Jornal de 2.º* tratou disso no editorial do último número), o prefeito enviou à Câmara um substituto ao artigo 6.º do seu projeto, fixando em 30 (trinta), ao invés de 6 (seis), o número de parcelas em que o asfalto poderia ser pago pelos discordantes. Este substitutivo é que foi discutido e aprovado na sessão que está sendo reportada nesta página.

ERA A "ÚNICA SAÍDA"

Na justificativa do substitutivo, o prefeito explica:

"Na atual sistemática, estamos diante de um impasse. O município que adere voluntariamente ao Plano é obrigado a dar 20% de entrada ao Banco financiador e pagar juros correspondentes às operações comerciais de crédito direto ao consumidor. O município que não adere pode pagar em mais de 12 parcelas, sem entrada, e com juros de 10% ao ano mais correção monetária. É evidente que, se houver uma queda no processo inflacionário — meta a ser atingida em breve pelas autoridades monetárias federais — os juros pagos pelo município que não aderir serão menores do que os do município que voluntariamente colaborou com o progresso do município. Desta maneira, estaremos liquidando com o Plano, pois a Prefeitura não tem recursos para sua execução, e, mesmo que tivesse, as prioridades ficariam ao critério do Executivo, escapando à vontade dos cidadãos."

"Desta forma — completa — não há saída senão tornar mais severas as condições de pagamento do município que não adere."

rir. Estamos verificando alguns casos em que a indiferença de uma pequena minoria bloqueia a aplicação do Plano a ruas inteiras. Adotando este novo critério de parcelamento, daremos condições à Prefeitura de executar imediatamente, sem imobilizar recursos por prazo longo, podendo ressarcir-se a curto prazo e efetuar o giro das aplicações, permitindo uma auto-alimentação do Plano na parte correspondente aos municípios que negam sua colaboração."

O substitutivo foi aprovado somente quanto à legalidade e constitucionalidade, devido ao esgotamento do tempo regimental da sessão, mas mesmo assim ficou o prefeito com plenos poderes para promulgar a nova lei, oficializando o parcelamento em 30 meses para os municípios discordantes do asfaltamento, posto que vencido ficou o prazo dado à Câmara para discutir a matéria.

Uma lei viciada até no modo em que foi aprovada

Segundo entendimentos da Consultoria Jurídica da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, a lei vigente em Jundiaí, pela qual a firma A. Gutierrez vem podendo contratar diretamente com os municípios a pavimentação das respectivas ruas, é passível de anulação judicial, posto que sua aprovação pela Câmara se deu com o voto favorável de apenas 9 vereadores quando o número de votos exigidos era 12, ou seja, o mínimo de 2/3 dos membros da Casa.

A Lei Orgânica dos Municípios (Dec. Lei Complementar n.º 9, de 31 de dezembro de 1969), artigo 19, trata do "quorum" necessário à aprovação de projetos de lei pelas Câmaras Municipais. E no parágrafo 3.º desse artigo se lê:

"Dependerão do voto favorável de dois terços dos membros da Câmara:

"I — As leis concernentes a:

"a) — aprovação e alteração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;

"b) — concessão de serviços públicos.

A Lei Orgânica, ao estabelecer "quorum" qualificado (2/3 dos membros da Câmara) para determinadas matérias, é também exemplificativa. Vale dizer que a lei cuida, casuisticamente, de cada hipótese de votação, como também, não podendo abranger todas essas hipóteses, as hipóteses possíveis, torna-se ela exemplificativa, ou seja: os casos semelhantes ou assemelhados devem situar-se na compreensão do texto, por questão de analogia e extensão interpretativa. Isto porque a analogia e a extensão interpretativa servem ao aperfeiçoamento do processo legislativo, que tem, por fim último, o bem comum e a felicidade social.

Verifica-se, no caso da nossa lei, que ela versa, casuis-

ticamente, sobre concessão de serviços públicos, prevista no artigo 19, parágrafo 3.º, I, letra b, da Lei Orgânica, o que a exclui da exigência do "quorum" qualificado. Ela, entretanto, refere-se à concessão de autorização a empreiteiras, empresas de obras públicas, de pavimentação e serviços correlatos, que ficam credenciados a contratar com os municípios a execução das obras e serviços.

Assim sendo, o respaldo do voto de dois terços da Câmara é necessário ao aperfeiçoamento do ato jurídico, da norma jurídica, da qual ocorrerá consequências para o público que se servir dos contratos com empreiteiros. E' pelo menos esse o entendimento do consultor Abilio Quintino, da Assembléia Legislativa do Estado, manifestando-se em parecer solicitado pelo deputado Jayro Maloni a respeito da lei aprovada aqui com apenas 9 votos.

FOTO ZEZINHO

Fotos 3x4

Reportagens de casamentos, batizados e aniversários.

Posters

Fotos industriais.

Serviços rápidos e garantidos.

Rua do Rosário, 523

Tel.: 6-3795.

Jornal de 2.ª

Para assinar, basta telefonar: 4-2759



OS MAIS COMPLETOS EM GÊNEROS
ALIMENTÍCIOS DE TODA A REGIÃO.

Loja 1: Rua da Várzea, 1157. Tels.: 4-1625 e 4-1627

Loja 2: Av. Dr. Olavo Guimarães, 253. Tels.: 4-1622 e 4-1624

O olhar do "Tigrão"

Antebraço engessado, três dedos quebrados, uns cabelos na testa, mas antes de mais nada, uma expressão de ansiedade, notadamente nos olhos.

E o "Tigrão" chegou logo perguntando: "Como é liga?" Eu sabia que ele, nesta primeira vinda ao Brasil, após suas incursões na Fórmula Um, deveria estar meio des-

concertado, não por achar que a temporada européia, até agora, lhe tivesse sido adversa, mas um desconcerto pelo que outros pudessem pensar.

E comigo essa ansiedade, evidentemente, é menor, porque ele sabe que sei das dificuldades da empreitada e do valor do conseguido.

Fiz questão de comentar, logo de início, os melhores resultados do ano, justamente na última corrida do Campeonato Mundial, na Áustria, quando o Copersucar andou no pelotão intermediário, antes do acidente que o alijou da corrida.

E começamos a falar sobre o novo Copersucar, que po-

derá ser mostrado na última prova do campeonato, nos Estados Unidos. Alguma coisa será mudada. E nas mudanças inclui-se a geometria da suspensão. Alguma coisa também no monocoque. As rodas e mangas, de liga especial de magnésio, continuarão as mesmas. Não deram qualquer espécie de problema durante todo este ano. Nem com respeito ao projeto, nem com respeito ao material. E quanto a responsabilidade nesses elementos.

A carroçaria será totalmente diferente.

Os cubos de roda, também aqui usados e tratados com ligas especiais nacionais, terão algumas modificações de projeto. Pequenas modificações.

Wilsinho estava contente, dentre outras coisas, porque a Copersucar decidiu-se pela renovação do contrato. E para 1976 o Ingo terá a responsabilidade de pilotar o segundo carro, que poderá ser de novo tipo, ou o atual, até que Ricardo Divila e equipe terminem o segundo carro do novo tipo.

Não gostei da notícia de que o Merzário pilotará o Copersucar, no Grande Prêmio da Itália. Primeiro porque o Merzário, em que pese seu valor como piloto, não de Fórmula Um, mas de carros esporte, pessoalmente, é o embaixador da presunção e da antipatia. Segundo, e aí uma bronca pessoal, não com os "Fitipa", mas comigo mesmo: não reúno, atualmente, condições sequer de pleitear a chance de pilotar esse carro, nessa emergência. E não reúno, porque, depois que cheguei da Europa, na temporada de Fórmula 5.000, não tive condições de, no Brasil, continuar no mesmo ritmo de treinamento, o que me distanciou da forma necessária.



E como gostaria de pilotar esse Fórmula Um brasileiro, usando o que aprendi em Fórmula 5.000, na Europa!

Tanto é válida essa experiência, que a primeira recomendação do "Tigrão" para o Ingo foi a de que ele, Ingo, neste final de ano, faça algumas corridas de Fórmula 5.000 para se ambientar com a "cavalaria pesada", antes de se iniciar na Fórmula Um.

Mas não faz mal, já comecei os treinamentos físicos para me colocar em condições de iniciar os testes de Fórmula 2, que comecei a construir. Talvez, apesar da idade, reúna novamente condições de reentrar com chances competitivas, na Fórmula 2, 5.000 ou Um, tão próximas uma das outras.

Satisfação maior será ainda pilotar um carro nacional, de minha fabricação.

Quem sabe, um dia...

ANTONIO CARLOS AVALLONE

O que vai pelos cres

ARRISQUE UM OLHO

"Jóia", o segundo — último Lp de Caetano está muito bom.

Pode comprar de olhos fechados (já que a capa foi censurada). E. M.)

VRRRROOOOMMM PRA VOCÊ

Domingo último, no programa que o MEC leva ao ar por uma cadeia nacional de rádios, a parte final apresentou Caetano cantando e falando coisas importantes da nossa MP.

Explicou o trabalho com as letras de suas músicas e ilustrou boas letras cantando "Falsa Baiana", de Geraldo Pereira, "Dora", de Caymi, e "Samba de Uma Nota Só", de Newton Mendonça.

Ao violão, a entrevistadora Rosinha de Valença. Tudo isso exatamente no horário em que você ouvia os roncões dos Fórmula 1, ao vivo, pela Globo. Bem feito. (E.M.)



"ROQUE SANTEIRO" NÃO FOI SALVO

A novela "Roque Santeiro" não estreou no dia 28.

Nem vai estrear: a censura caiu de pau nela, alegando "violenta demais" nessa história de fazer santos.

Com isso, a Rede Globo perde 500 horas de gravação dos capítulos, com as despesas.

A notícia não é agradável. Mas está sendo noticiada depois, o que não aconteceu quando censuraram "Calabar", a peça de Chico Buarque e Rui Guerra, que lhes havia custado Cr\$ 300.000,00, segundo as notícias que nos foram dados.

E teve também "Abajur Lilás", do Plínio Marcos. E teve... deixa pra lá. Agora é pedir a Roque Santeiro que olhe por todos. (E.M.)

TELEVISÃO É AÇÃO!

A Rede Globo acaba de adquirir os direitos de comercialização do "Sítio do Pica-Pau Amarelo".

O "Sítio" será reescrito, com histórias "atualizadas". Os bonecos serão comercializados, conforme aconteceu com "Topo Giggio" e "Vila Sésamo".

Era exatamente com que sonhava Monteiro Lobato, Deus o tenha!

Já o monopólio do petróleo... (E. N.)

DANADO DE BOM

Alceu Valença está fazendo o maior sucesso com seu show no Rio de Janeiro.

Pra quem já esqueceu, Valença é o autor de "Vou Danado pra Catende", uma das poucas coisas decentes do trágico e arreglado festival "Abertura", que a Globo realizou, em substituição ao desmoralizado FIC. Quem procurar é capaz de encontrar o único álbum de Alceu, gravado em 71 pela Copacabana.

Não é o Alceu de hoje, mas vale a pena. (E. M.)

E AMARAL NÃO DEU

Segunda-feira, dia 18. 11 da noite, o programa "Informação", do Canal 13, entrevistou duas autoridades em saúde pública: dr. Rui Laurenti, da USP, e dr. Vitorio Barbosa, da Secretaria da Saúde do Estado. Tema: mortalidade infantil na Grande São Paulo. Conclusão (franca e corajosa) dos professores: a principal causa das 98 em 1.000 mortes nessa região ainda é a desnutrição. Mais que a meningite, o sarampo, etc. Alguém aí tem vacina contra desnutrição, por favor? (E. M.)

Maldita cachaca

Era incapaz de dispensar uma boa cachaca, mas, como estava para arranjar um ótimo emprego, partiu para o sacrifício. Ficaria sem beber durante a fase de testes, para não causar má impressão.

E, assim, foi tirando de letra tudo quanto era psicológico que aparecia. Arvorezinhas com galhos e sem galhos, quadradinhos, bolinhas, triângulos, estrelinhas, "o-que-é-que-esta-mancha-representa-para-você", traumas de infância, "responda-em-trinta-segundos-dois-pontos-se-você-estivesse-sentado-dentro-de-um-ônibus-e-empê-estivessem-uma-velha-e-uma-mulher-grávida - para quem-você-daria-o-lugar", e assim por diante.

Exame de sífilis, fácil, fácil; pulmão, facilímo (não fumava). Tudo foi bem até o dia do exame com o médico da firma:

- O senhor bebe?
- Depende, doutor. É uma pergunta ou um convite?

A. FERNANDES

Áries (21-3 a 20-4)

Hitler era de Áries, Getúlio era de Áries, Chaplin é de Áries. Como vê, vai ser difícil você aparecer, principalmente aindo tão mediocrementemente. Abra uma construtora, tente uma Secretaria, apareça. Nem que seja com um bom advogado ao seu lado.

Touro (21-4 a 20-5)

Os taurinos são propensos aos males da garganta e dos pés. Evite tomar remédio para calos por via oral. Por outro lado, meta a boca no sistema viário, antes que o custo das obras acabe por sufocar você.

Gêmeos (21-5 a 20-6)

Aproveite a sua dupla personalidade e faça declarações importantes a respeito do "metrô" jundiaense. Depois você des-

diz e bota a culpa nos astros.

Câncer (21-6 a 21-7)

Paixão, ciúme, desconfiança, tudo isso é pinto perto da pasta de apresentação do Plano Viário da cidade. Parabéns, Câncer.

Leão (22-7 a 22-8)

A insegurança, que é uma das características do leonino, talvez faça com que você chegue à presidência de uma das comissões da Câmara. Que tal a de Finanças?

Virgem (23-8 a 22-9)

Vontade férrea, virginiana, não tem nada a ver com o teu signo. Vontade férrea é, por exemplo, asfaltar o leito da Sorocabana,

Horóscopo

PROFA. ZULEIKA

na, violentando uma decisão anteriormente tomada. Acho melhor mudarmos de vocabulário, minha donzela.

Balança (23-9 a 22-10)

Realmente, todo o astral favorece o teu signo estereotipado, Libra. Veja só, assistir ao desfile bem aí da janelinha da tua linda casa... Levante o olhar. Vê aquela poeirinha, lá longe? É o pessoal da Vila Tamoio que vem vindo. Parabéns, Balança.

Escorpião (23-10 a 21-11)

Os nativos de signos do Fogo, como é o teu caso, não podem mais se queixar. Tá ficando fogo pra todo mundo, esse tal de

asfalto. O pior é que não está dando pra refrescar, veja a tarifa da água! O elefante da Cica está até querendo vender a tromba, caro Escorpio.

Sagitário (22-11 a 21-12)

Semana passada não saiu o teu horóscopo. Estava impubescível. Urano e Plutão, teus astros, estavam furiosos por terem que concordar em assinar que não concordavam com o asfalto, um rolo! Chegaram até a falar em guerra meteorológica, você leu nos jornais?

Capricórnio (22-12 a 20-1)

Primeiro, foi a geada. Depois, a "prioridade".

Pois é, caro caprino, essa história de vegetariano não está mais dando pé. Tente chicle de bola. Ou abra a boca, simplesmente, e berre. Bêêêê!

Aquário (21-1 a 19-2)

Signo do futuro, é? Pois veja o jornal "Registro", de 1973, e veja o que seria e o que será o ano 2000 em Jundiaí, minha filha. Tenho a impressão que, de 2001, só vai ter é a porcentagem.

Peixes (20-2 a 19-3)

Teus poderes de mediunidades anunciam que a Câmara vai votar a favor? É chato a gente ter que mexer com essas coisas, mas adivinhar o resultado de votação, nessa gestão, até o pequinês da minha vizinha está adivinhando. Em todo o caso, continue saravando: quem sabe a coisa muda.

N & O

O MAIS LIDO NAS ALTAS ESFERAS

As vozes pelaí dizem que este jornal vem sendo lido todas as semanas pelo governador Paulo Egydio Martins, respectivo secretário e altos líderes políticos estaduais. Ninguém está sabendo ainda que também o presidente Geisel, seus ministros, diversos senadores e deputados federais também já começaram a receber o **Jornal de 2.º**. Mas isto não é para se espalhar...

(C. F. P.)

REVISÃO NA CAPITAL

Temos a honra de anunciar e esclarecer aos desavisados, nossos próprios revisores que: — Temos a honra de contar sempre com a colaboração espontânea do digníssimo sr. **Alceu de Toledo Pontes**, nosso homem de cultura, historiador e preservador dos nossos parcos valores culturais e declaramos que não existe o sr. Alceu de Toledo Barbosa, atenção revisão, eu disse BARBOSA. Anuncie nas oficinas dos Diários isto. Achamos necessárias essas observações. Sorry, Alceu.

(E. S. F.)

EM QUESTÃO DE MODÉSTIA...

Indo à Câmara Municipal, há duas quartas-feiras, tive oportunidade de assistir a uma das mais expressivas manifestações do nosso folclore legislativo. Da tribuna, o vereador Rolando Giarola estava iniciando o seu discurso: "Como vereador mais atuante do MDB... consegui a criação da linha de ônibus do Engordadouro, (...) juntamente com um abaixo assinado com 182 assinaturas..." Adiante, iria ele afirmar: "Nós fizemos um trabalho e estamos muito orgulhosos... porque trabalhando se vende".

Não foi só. O nobre edil, parecendo fazer uma prestação final de contas da sua atuação como representante do povo (condição que se acha ameaçado de perder devido sua exclusão do MDB), afirmava que o pedido de ligação do Jardim Tamoió à Vila Nambi foi feito "com a presença deste vereador" e de 121 moradores do segundo bairro mencionado. "É a maior honra deste vereador trabalhar para resolver estes problemas...", deixava ele assinalado nas notas taquígraficas da referida sessão.

Enquanto Giarola falava, veio-me à memória alocução de um ex-vereador, também na época ocupante de uma cadeira na bancada do MDB (hoje na Arena), que revelava comparável modéstia: "Não que eu esteja querendo conjugar o verbo eu... Mas eu..." — (Adão Venerando)

PANORAMA

VISTO DA PONTE

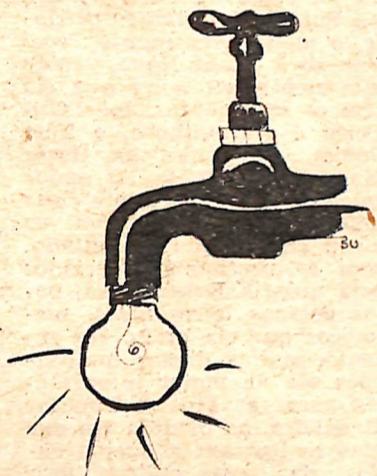
Pra quem gosta de aventuras, não liga pra poluição e tem nervos de aço, recomendo morar na rua Torres Neves. Principalmente nas imediações da 15 de Novembro. Embora eu não seja tão fanático dessas coisas, ali (onde moro) tenho podido assistir a uma média de 10 acidentes por semana (e vejam bem que fico muito pouco tempo em casa) e até tido chances de ser uma das vítimas. Ainda na semana passada uma camionete quase derrubou a parede da frente da minha casa, depois de colidir com um caminhão. O bar e o armazém do lado oposto já tiveram sorte idêntica, quase transformando-se em agência de veículos. Cada vez fico mais crente de que a Comutran e a Comissão de Turismo tem planos de transformar aquela rua em ponto turístico, aproveitando os seus recursos extranaturais como os 290 buracos, o vazamento de água que existe há 17 anos (segundo o patinhas) — e aqui imagino um possível envolvimento do DAE nesses planos —, o pó preto (às vezes, branco, também) que entra pelas casas e os acidentes que, a todo momento, ocorrem ali. Tá dada a dica.

(C.F.P.)

FUNÇÃO DO PRÓXIMO PREFEITO

Com tanto empréstimo pra pagar e tanto contribuinte pra executar, a partir de 76 a cidade não vai precisar mais de prefeito. O que vai ser preciso é escolher muito bem um tesoureiro pra que haja continuidade administrativa.

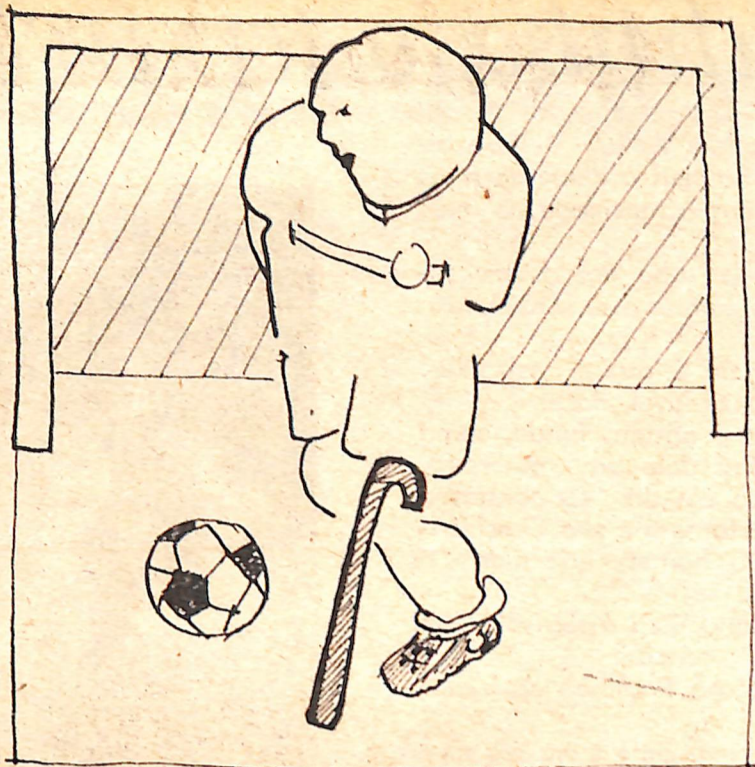
(C.F.P.)



LOAS À LIGHT

Outro dia, um cidadão entrou na redação pra contar um fato ocorrido com sua conta de luz. Comparando com o que se tem ouvido sobre as contas de água mandadas pelo DAE, nem dá pra acreditar. Mas sucedeu que a conta desse cidadão sofreu um senhor aumento de um mês para outro — coisa de cinquenta e tantos para duzentos e tantos cruzeiros. Influenciado pelas histórias que ele já ouviu sobre o DAE (são mesmo de arrepiar), já estava resolvido a não estrilar. Pois, daí, poderia a Light sugerir a troca do seu hidrômetro — perdão, relógio — e lá iam mais duzentos e tantos cruzeiros. Porém, encorajado pelo motivo de não poder mesmo pagar o "quantum" cobrado, foi até a Light Sua surpresa: a reclamação foi prontamente anotada e, dois dias depois, já chegava à sua casa a conta corrigida, ou seja, aquela habitual de cinquenta e poucos cruzeiros. Vai pro trono ou não vai?

(C.F.P.)



BENGALINHA GO HOME

O primeiro técnico do Campeonato Brasileiro a ser despedido foi Bengalinha, do Vitória de Salvador. Também, com esse apelido o rapaz não deve mesmo ter muita visão de jogo. (A. F.)

ACIJSOCIAIS

A ACIJS (Associação dos Corretores de Imóveis de Jundiaí) convidou todo mundo para um jantar comemorativo. Foi no dia 29, dois dias depois do "Dia do Corretor". Este jornal quer deixar bem explicado que estamos em dia com o aluguel e que, eventualmente, podemos adquirir também nossa casa própria para o que convidamos todos os corretores da cidade a nos procurar. Claro está que iremos nos entender muito bem. Por outro lado, a festa foi sucesso. Desejamos a todos bons negócios e sabemos que de bons terrenos vocês entendem peças. Abraços aqui da casa. EDUARDO.

AMOSTRA

GRÁTIS

Mais de um político de influência na cidade já veio me dizer que encomendou pesquisa a uma empresa especializada de São Paulo para saber quais os nomes mais cotados para a Prefeitura e a Câmara Municipal nas eleições de 76. Embora a coisa me esteja cheirando pura picaretagem, vou esperar os resultados para ver quem realmente foi o idealizador da pesquisa. (C.F.P.)

VOCÊ FICA

BEM, DE BRANCO?

No meu tempo, depois do desfile de 7 de Setembro, ia todo mundo pra Praça Marechal Floriano, rapazes e moças, todo mundo, tomando sorvete "sanduiche", da sorveteria do pai do Dinho (onde hoje, é uma pastelaria, na mesma praça).

Eu me achava ótimo, de calça branca, tênis branco, camisa de malha grossa do Ginásio Estadual de Jundiaí.

Eu tinha 13 anos. (E.M.)

TODOS SERÃO SALVOS

Dada a estranha combinação de elementos verificada na última reunião da Câmara, esta sempre às quartas-feiras e agora, também, em extraordinárias, sugerimos que a mesma envie com urgência um seu emissário a Cali, na Colômbia, onde se realiza um Congresso Mundial de Bruxaria. Lá, pelo que consta, eles estudam mágicas e milagres de todos, indiscriminadamente. Nós particularmente, não acreditamos em bruxarias, pero que las hay, las hay. — EDUARDO

SEM MAIS EXPLICAÇÕES

Irremediável tempo de sempre. Como sempre e irremediavelmente, nem sempre as interpretações do que escrevemos corresponde com o que quisemos dizer. Pra quem achou desrespeitador alternar professor com vagabundo, procure saber a remuneração do professorado municipal e veja quem é que desrespeita quem. Aliás, essa profissão é das mais mal remuneradas no Brasil todo, não sendo, portanto, privilégio jundiaíense. Pessoalmente, acredito que o magistério, nos nossos moldes, é um verdadeiro apostolado. E dessa afirmação só ressalvo o lugar comum.

Quanto ao Oswaldo, que aparece no artigo que publiquei na edição passada, não poderia ser outro senão o próprio Oswaldão, já que estávamos falando de Clube Jundiaíense. (Pico).

INDAIATUBA QUER DESPOUIR. DE LÁ PRA CÁ?

O Município de Indaiatuba vai emprestar Cr\$ 7,5 milhão para as obras do seu novo sistema de esgotos, um plano que inclui lagoas de estabilização para tratamento dos dejetos antes do lançamento dos mesmos no rio Jundiaí. Lá, tudo bem. E aqui? — (C.F.P.)

O DAE EM REVISTA

Em meio à farta divulgação de comunicados sobre falta d'água, economia de água e abundância de água para consumo da população, descubro que os editais de concorrências e tomadas de preços do DAE deixaram de ser assinados pelo advogado José Roberto Pardini, que há mais de dois anos vinha respondendo pela diretoria administrativa do Departamento, passando a sê-lo pelo vice-prefeito Flávio Ceolim. Como não vi publicado (antes disso) nenhum ato exonerando o antigo diretor, ou transferindo-o para outro cargo, e ante alguns fatos que já se tornaram públicos, alusivos a uma certa concorrência realizada pela referida autarquia, me perco em interrogações: intervenção no DAE? Sindicância no DAE? Simples remanejamento de diretores? O motivo seria o mesmo da saída do antigo assessor jurídico? Se o ato da nomeação foi publicado em 73, por que o da exoneração deixou de sê-lo? E o da nomeação do novo diretor administrativo? (C.F.P.)

DÉCIO PICCININI DÁ O QUE TEM

No filme "Cada um dá o que tem", a atriz Eva Wilma aparece realmente nuazinha e ainda enxutíssima, com tudo para agradar os apreciadores do erotismo do cinema nacional. Ouvi coisa como essa na última quarta-feira, quando meu rádio estava sintonizado na Difusora de Jundiaí, às 13hs30m, durante programa comandado por Décio Piccinini.

Melhor que isso, do mesmo apresentador, no mesmo programa, dois minutos depois, foi a "dica" para que ela (já não sei se continuava falando de Eva Wilma) pusesse seu biquinho e fosse dar uns mergulhos na piscina do nosso Paulista Futebol Clube, de cujo time voltei a ter notícia — de que ainda existe — com a sua fadística participação no torneio José Ermírio de Moraes. (C.F.P.)

CHARADA NOVÍSSIMA (MAS NEM TANTO)



Um, dois, credo! (uma e uma)

Paulinho, o terrível maravilhoso

POR ERAZÉ MARTINHO E EDUARDO SOUZA FILHO

Que idade tem Paulinho da Viola? Vinte e oito? Oitenta e nove? Paulinho tem a idade do mais antigo sambista. Paulinho tem a mocidade do mais jovem guerreiro.

Como velho sambista, ele sabe das coisas: sabe sentir, sabe passar para o samba esse sentimento. E isso lhe basta.

Como jovem guerreiro, ele é muito estranho: ele não agride! Ele é manso, amável, doce.

Apenas a sua consciência é aguda, funda, como uma arma-branca. E isso faz dele um guerreiro, que você só descobre quando ele diz "eu considero o Samba como o Homem, o Homem e sua Consciência diante da Realidade". O homem que morre e renasce, que é destruído e se recria.

"O homem sobrevive, mano, isso é terrível", diz ele. "Terrível e maravilhoso", conclui.

Terrível e maravilhoso como Paulinho da Viola.

J 2.a — Paulinho da Viola, você se julga um "velho marinheiro / conduzindo o barco, devagar / no nevoeiro"? Ou: existe o nevoeiro?

Paulinho — Eu acho que o nevoeiro existe, mas não me julgo o "velho marinheiro". Acho que a gente tenta se comportar como um velho marinheiro, mas não me julgo o "velho marinheiro". Acho que fica um negócio meio pretensioso. Não tenho, assim, a experiência de um velho marinheiro pra conduzir o barco; acho muito difícil. O que eu acho é que todo mundo tem que conduzir esse barco. Uma pessoa só, ou duas, ou cinco, não resolve.

J 2.a — Mas o que a gente sente no teu trabalho todo é que existe uma missão, quando você grava um samba do cara que ninguém conhece (e você tem coisas maravilhosas e inéditas dessa gente boa). Essa missão é consciente em você?

Paulinho — Primeiro, é como eu falei no show: acho que isso é uma obrigação da gente. Não é uma questão de mídia, nada disso. Pra mim, no princípio, não era nem bandeira. Não vejo esse fato como uma bandeira, vejo como uma coisa que tem que ser, mesmo, entende? Porque eu não poderia dar uma medida maior daquilo que faço, só através das músicas que eu faço, sabe? A intenção, a extensão do meu trabalho, se eu não pego essa gente não revelo essas coisas. A única coisa que faço é o seguinte: dou referências sobre o meu trabalho, só isso. Quando gravo Nelson Cavquinho, Cartola e outros, são pessoas por quem eu tinha a maior admiração, entendeu? São pessoas que eu ouvia durante anos, curtia durante anos, foram pessoas que somaram muito no meu trabalho. Eu só vejo assim.

J 2.a — Você poderia citar alguém que esteja fazendo um trabalho semelhante ao teu?

Paulinho — Não, eu não sei. É possível que tenha alguém, eu não sei...

J 2.a — É por isso que nós te julgamos o "velho marinheiro".

Paulinho (sorri) — Não, não sei. Posso estar errado.

J 2.a (brônca geral) — Nunca!!! Mas, vamos em frente. Paulinho, no palco, ainda há pouco, você falou que foi o Zé Ketil quem te empurrou para a composição de sambas. E quem foi que te passou o pano? Você diz que não tem bandeira, mas tem um pano que está limpando muita coisa por aí.

Paulinho — As coisas comigo aconteceram muito... olha, não sei falar muito disso, não. Conheci muita gente, sabe? Muita gente. O que soma no meu trabalho, hoje, foi uma certa vivência que tive. Uma vivência desde me-

nino, junto a músicos e pessoas que sofreram muito, pessoas que me mostraram muita coisa. Por exemplo, tive um amigo, Walter Quentaus, que já morreu (tinha uma certa idade) e que era uma pessoa maravilhosa, que me ajudou muito, mostrou-me muita coisa. Outro exemplo: meu pai, que fazia reuniões na casa dele, que levou Pixinguinha lá em casa, Jacó e outros. Acho que essa foi a minha escola. Foi quando comecei a me apaixonar, porque o meu negócio com a música brasileira é mais uma questão de paixão, de amor pela música.

J 2.a — Mas é exatamente essa a nossa preocupação. Isso tudo, a tua escola, isso é transferível?

Paulinho — Eu não sei. Penso assim: nunca falei, nunca tentei impor as coisas que faço. É por isso que nunca estive ligado a movimentos. Só faço coisas que esteja sentindo. Mas também sempre procurei respeitar o sentimento dos outros. Quanto ao fato desse meu modo de pensar e sentir ser transferível, não sei. Veja bem, num disco que fiz, agora, existe uma música, de parceria com o Elton Medeiros (um samba muito definitivo, nesse ponto), que fala de uma pessoa que foi pedir um conselho a outra e essa outra diz: "Olha, vivi uma porção de coisas, mas não adianta te passar nada; você é quem tem que viver e saber o que é vida, pra você." Então, acho que o meu trabalho, dentro dessa coisa toda, pode somar, ser uma alternativa de soma, mas nunca uma coisa isolada onde todo mundo, de repente, comece a identificar coisas e seguir isso. Não, meu trabalho não é para ser seguido, é para ser somado junto a outras coisas. Eu vejo assim.

J 2.a: Mas aí é que está a questão, Paulinho. Veja bem, quando a gente ouve você cantar, a gente sente que o samba é eterno, que é um troço que não vai morrer tão facilmente, não. Por outro lado, a gente fica com medo ao sentir que você, o apóstolo dessa história toda, é um cara privilegiado, por condições de vida; morou numa casa bacana, conviveu com gente bacana. Mas estão demolindo esse tipo de casa, estão cortando a jaqueira, ninguém mais está fazendo música, mas apenas ouvindo "tapes" já gravados...

Paulinho: Eu vou te dizer uma coisa. Eu cantei um samba, hoje, que diz o seguinte: "o samba se transforma como a vida". É assim que eu vejo o samba, eu vejo o samba como o homem. Eu reconheço (não sou nenhum ingênuo), o tempo em que a gente está vivendo. Eu sei que seria ingênuo se quisesse preservar coisas. Eu não pretendo preservar nada. Somente procuro botar o meu sentimento nas



coisas que estou fazendo. O fato de eu sentir samba não tem nada de nostálgico, eu não estou querendo fazer nada voltar pra trás. Apenas sinto assim e faço assim.

J 2.a: Paulinho, explica aquela batida de iê-iê-iê que a bateria faz, na introdução de um dos sambas do "show".

Paulinho: Aquilo tem um sentido crítico, a própria letra desse samba tem um sentido crítico. Aquilo é uma atitude formal, minha, feita pra que as pessoas, de repente, pensassem "uê, que negócio é esse?". Uma chamada de atenção pra, de repente, entrar no samba que diz coisas desse tipo: "alguém encontra-se com outro alguém, começa a aprender coisas e, de repente, nota que nem sabe o nome da pessoa. E nota que aquela aprendizagem tem que ser encarada como nova". A eu começo a fazer uma brincadeira, também. O samba chama-se "Num samba curto" (pra dizer que a gente não pode explicar a vida num samba curto), e no final eu digo, enquanto a bateria faz o ritmo de iê-iê-iê, "num samba, curto", o que eu curto, mesmo, é um samba. É isso.

J 2.a: Paulinho, como é quem em pleno "Festival do Samba", com o teu nome anunciado em caixa alta, você aparece de "Sinal Fechado"?

Paulinho: Foi uma atitude minha. Nessa época, eu fiz duas músicas: uma chamada "Sinal Fechado", outra chamada "Foi um Rio que Passou em Minha Vida". Eu me lembro que, nessa época, o único cara que talvez estivesse preocupado com samba era eu. Pois bem, foi nesse tempo, quando eu havia feito essas duas músicas, que, em São Paulo, existiam duas correntes: a da TV Record que, querendo salvar a confusão toda dos festivais, resolveu tomar uma atitude "nacionalista", como que querendo dizer "Fora com os Beatles" esse papo todo; e havia, na TV Tupi, a chamada "Feira da Música", dirigida por um grande amigo meu, Fernando Faro, que era pra ser uma coisa aberta, onde acontecesse de tudo. Então, eu resolvi fazer uma safanagem com os dois movimentos. Coloquei "Sinal Fechado" na Record "tradicionalista", e "Foi Um Rio" na feira da "abertura" da Tupi. Levei pastoras, toquei viola de 4 corda, levei a Escola pra Feira de Música. É claro que os caras me vaiaram nas duas ocasiões, foi uma experiência muito boa pra mim.

J 2.a: Paulinho, como foi que você viu a Bossa Nova?

Paulinho: Eu reagi mal, com preconceito, mesmo. Por uma razão simples: minha formação é aquela dos chorões, do chorinho de sala, da turma reunida pra fazer música de olhos fechados, numa postura quase sagrada, tocando horas seguidas até o dia amanhecer. Eu fui criado ali, minha formação é essa.

Eu via muito Jacó, amava, sempre amei Jacó. E ele era aquele cara sério, difícil de se transar com ele. E tudo o que ele falava, que papai falava, eu respeitava, as críticas deles eram importantes pra mim: eles eram bons músicos! Então, na fase da Bossa Nova, eu ouvia, mas aquilo não tinha nada a ver comigo, com as coisas que eu vivia, samba, bloco de rua, Carnaval. Bossa Nova era um outro mundo, aliás, até hoje ainda acho que a Bossa Nova foi coisa de elite, de Zona Sul, de apartamento. Hoje, o meu pensamento com relação à Bossa Nova, como movimento, eu acho que ela tem os seus gênios. João Gilberto é maravilhoso, o Tom Jobim. Acho que da Bossa Nova surgiu gente do maior talento, mesmo; gente que depois da Bossa Nova se abriu em relação ao mundo, sem os preconceitos criados pela própria Bossa Nova, pelos dogmas harmônicos, melódicos que ela criou. No entanto, muitas dessas instituições são da maior importância para a Música Popular Brasileira, na medida em que elas se ligaram a outros dados da nossa cultura, fora daqueles do apartamento, do barquinho, do azul. A Bossa Nova foi importante, introduziu elementos positivos na nossa cultura, sacudiu um pouquinho aquele negócio todo que estava meio parado, com relação à música brasileira. Ela fez uma proposta concreta, que foi seguida. Só não me pegou porque era uma questão de sentir, de se identificar com aquilo. E eu não me identifiquei.

J 2.a: No teu show você noticiou os 50 anos de atividade do maestro Copinha, coincidindo com a fundação do "Clube do Choro", no Rio. E disse que o choro pode vir a ser uma das opções da busca musical. Você não acha que a disciplina e o virtuosismo, que o choro exige, podem desanimar a nova geração?

Paulinho: Eu acho que é um risco que a gente tem que correr. E tem que correr pelo seguinte: eu não tenho nenhuma ilusão com isso tudo, não. Nesses 10 anos de observação, de vivência, de conhecimentos que tive

com pessoas, de estudos que tenho feito, eu acho que existe uma coisa muito mais forte do que tudo isso que a gente tá conversando aqui. Existem problemas mais graves do que o da música brasileira (que também tem seus problemas). Mas eu acho que tudo isso está dentro de uma determinada estrutura que segura essa barra toca. E que absorve tudo isso, entendeu? Eu tenho consciência de que existe isso. Até o próprio choro, que exige tudo isso que você falou, de repente ele pode virar produto de consumo, porque existe um sistema que cuida de fazer isso. São leis fortes, que pegam as coisas, reduzem as coisas, dá uma forma consumível a tudo e, daqui a pouco, o cara tá consumindo isso tudo sem ter a menor idéia, engolindo simplesmente.

J 2.a: E isso é fatal, Paulinho?

Paulinho: Tem sido fatal. Há uma resistência a isso, toda a cultura nossa tem, nesses anos todos, oferecido uma resistência a isso. Mas a lei em sido fatal.

Agora, existe uma outra coisa em que eu acredito: é o Homem e a Consciência dele diante da realidade. Eu acho que há certos valores que não desaparecem. Veja bem, não é que eu seja um cara otimista, não. Eu sei que a gente pode se destruir daqui a dez minutos. Mas a experiência da história mostra que o homem tem astúcia, ele sobrevive, rapaz, ele sobrevive. Isso é que é terrível! Terrível e maravilhoso! O homem inventa, cria, recria. Eu acredito nessa coisa latente que é o Homem, que explode, ressurgue através de formas e até mudo. E é isso que muda as coisas.

J 2.a: A presença de um Cesar Faria e um Dininho, filho do mestre Orondino, essas presenças no conjunto que acompanha Paulinho da Viola é um sinal disso tudo que você está dizendo?

Paulinho: Pois é, Cesar, meu pai, Dininho, filho do Dino, um garoto que tem uma grande escola, tudo isso é vivência.

Mas deixa eu te dizer uma coisa: eu não tenho a menor pretensão, a menor ilusão. Eu sei que tenho o reconhecimento de que você falou, no começo, mas não tenho a menor pretensão de conduzir nada, acho isso muito pretensioso. Isso não é uma coisa do nosso tempo. Talvez seja do futuro, de outros caras.